



**Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro – CMS/RJ**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 08/05/2018**

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) no período das catorze às dezoito horas no Auditório do Centro Administrativo São Sebastião/CASS, rua Afonso Cavalcanti, 455, Bloco 1, subsolo, reuniu-se pelo segmento dos usuários – conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); conselheira Maria de Fátima Silva Pinto (Associação Mulheres Guerreiras); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro - FAAPERJ); conselheira Sonia Maria do Nascimento Paixão (União de Negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ); conselheiro suplente Alberto da Matta Virgem Timóteo Junior (Associação dos CAPSi do Município do Rio de Janeiro); conselheiro Carlos Norberto Varaldo (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); conselheira suplente Ananda Lopes Carneiro Gonzalez (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro Ozeas Lopes Farias (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheiro suplente Manoel João de Santana (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheira Margarida Maria Azambuja Frouf (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro suplente José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Adelton Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheiro Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2); conselheira suplente Marília Mateus Pinheiro (Conselho Distrital de Saúde da AP. 5.2) e o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ); conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheiro suplente Paulo Murilo de Paiva (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Elizabeth Guastini (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ); conselheira Suelen Guimarães dos Santos (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer – AFINCA); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do RJ – SINFITO) e o conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços – conselheiro e Secretário de Saúde Marco Antonio de Mattos (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Marcia Reis da Silva (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Cristina Guedes Veneu (Viva Rio); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD) e conselheira Edna Corrêa Moreira (Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO). A reunião ordinária iniciou-se em segunda e última convocação às 14 horas e 30 minutos de acordo

com o Regimento. O **Secretário Executivo David Lima** cumprimentou os presentes e logo após informou a composição da Mesa. **Presidência do Conselho:** conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes. Comissão Executiva: **Usuários:** conselheiro Geraldo Batista de Oliveira e conselheira Maria Edileusa Braga Freires com a função de secretariar. **Profissional:** conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes. **Gestor/Prestador:** conselheiro Jaciano Gomes Santiago, com a função de fazer a leitura da pauta. Controladora do tempo: conselheira Júlia Daniela de Castro. Em seguida, passou a coordenação dos trabalhos para a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** que cumprimentou os presentes. O **conselheiro Jaciano Santiago** cumprimentou a todos e logo após fez a leitura da pauta: distribuição da Ata de 13/03/2018. **1) Deliberação** da Ata de 20/02/2018. **2) Apresentação** da Empresa Pública RioSaúde – **30** minutos para apresentação e 30 minutos para os esclarecimentos. **3) Questões** relativas às condutas referentes às representações no CDS da AP 5.2 - **1** hora. **4) Comissão de Educação Permanente** – 30 minutos - 4.1 – “Projeto Seja Bem-Vindo” **5) Comissões do Conselho** Municipal de Saúde – **10** minutos. **6) Informes** da Gestão da SMS - **5** minutos. **7) Informes** da Secretaria Executiva – **5** minutos. **8) Informes** do Colegiado – 20 minutos. A **Presidenta Fátima Lopes** lembrou ao Secretário Executivo David Lima que tem a inclusão de um processo na pauta. O **Secretário Executivo David Lima** respondeu que têm dois assuntos para incluir na pauta. Sobre o primeiro pedido, disse que a AP 3.2 encaminhou, após a reunião da Comissão Executiva o **processo 09/000030/2018**, referente ao Hospital Fundação do Câncer, apresentação de documentos para Chamada Pública nº 001/2017, referente à gratuidade. Informou que o processo é de suma importância, inclusive os membros da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde já avaliaram e viram que tudo estava correto e, que gostariam de incluí-lo na pauta devido a sua urgência e importância. Disse que para incluir o processo tem que entrar na ordem correta de acordo com que a legalidade exige que é logo após a ata. Sobre o segundo pedido, disse que os membros da Comissão de Educação Permanente pediram para fazer a apresentação das Práticas Integrativas e Complementares por estar na semana nacional das práticas integrativas. Esclareceu que conversou com o diretor-presidente da Empresa Pública RioSaúde, Senhor Ronaldo Munk que concordou, porque a Comissão Executiva gostaria de colocar também a apresentação da Comissão de Educação Permanente logo após o primeiro ponto referente à deliberação do processo 09/000030/2018, até porque vieram muitas pessoas para assistir essa apresentação. A **Presidenta Fátima Lopes** colocou em votação a aprovação da pauta com as duas inclusões, que foi aprovada por maioria simples dos presentes. Em seguida, colocou para aprovação o ponto um referente a deliberação da ata de 20/02/2018, que também foi aprovada por maioria simples dos presentes. Portanto, a nova pauta passou ser a seguinte: distribuição da Ata de 13/03/2018 **1) Deliberação** da Ata de 20/02/2018. **2) Deliberação do Processo 09/000030/2018**, referente a apresentação de documentos para a Chamada Pública nº 001/2017, gratuidade do Hospital Fundação do Câncer. **3) Comissão de Educação Permanente** – 30 minutos - 3.1 – “Projeto Seja Bem-Vindo” - Apresentação das Práticas Integrativas e Complementares. **4) Apresentação** da Empresa Pública RioSaúde – **30** minutos para apresentação e 30 minutos para os esclarecimentos. **5) Questões** relativas às condutas referente às representações no CDS da AP 5.2 - **1** hora. O **conselheiro Jaciano Santiago** leu o item dois da pauta: Deliberação do processo **09/000030/2018**, referente à apresentação de documentos para a Chamada Pública nº 001/2017, gratuidade do Hospital Fundação do Câncer. Em seguida, fez a leitura do resumo do processo 09/000030/2018, depois leu o ofício do CDS da AP 3.2 e logo a seguir fez a leitura dos procedimentos ofertados. Nesse momento, o **conselheiro Jaciano Santiago** informou a todos a presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito Marcelo Crivella. Aplausos. O **Prefeito Marcelo Crivella** agradeceu a todos que lhe permitiram falar no Conselho Municipal de Saúde. Em seguida, saudou a Presidenta Fátima Lopes e os conselheiros: Miriam Andrade, Geraldo Batista, Maria Edileusa e os Presidentes dos Conselhos Distritais presentes a reunião. Pediu para falar com os membros do Conselho Municipal de Saúde sobre o esforço que têm feito e que não aparece na mídia, mas gostaria que todos soubessem. Esclareceu que a Saúde Pública da Cidade do Rio de Janeiro tem sido alvo de muitas críticas, mas é interessante que a imprensa não fala do governo federal e nem do governo estadual. Contudo, quase que diariamente fala do governo municipal que é que atende. Ressaltou que estão atendendo com todas as dificuldades que estão tendo os hospitais municipais e que estão com as portas abertas. Disse que gosta de falar olhando

nos olhos dos conselheiros porque sabe que são pessoas decentes, homens e mulheres de bem e como ele, os conselheiros estão na Prefeitura em busca das soluções possíveis para o drama da saúde. Informou que existe um financiamento escasso para uma demanda crescente e isso é uma situação, um enigma para um administrador público. Dado esse preâmbulo, informou que irá dar boas notícias para todos, por exemplo: Deus o abençoou porque os catorze anos em que passou trabalhando no Senado, no final do último ano do seu último mandato, conseguiu algo que havia tentando mas que nunca havia conseguido, que era uma Emenda de Bancada de cinquenta milhões de reais. Essa Emenda de Bancada, agora, já está sendo efetivada com dois mil itens para a saúde e estão adquirindo oitenta carrinhos de anestesia que não deveria se chamar carrinho e sim de porque o preço é de uma BMW. Disse que são cento e vinte mil reais e que terão uma ressonância magnética. A primeira ao custo de três milhões e duzentos mil reais para o Hospital Municipal Miguel Couto. Que foram comprados oito tomógrafos e vários aparelhos de raio-X e de ultrassonografia. Foram compradas mil camas para a rede pública de hospital, mas junto com cada cama segue uma mesinha do lado. No total foram dois mil itens e, por isso, disse estar muito feliz já que a rede municipal estava precisando desses itens. Ano passado adquiriram cem milhões de reais em remédios e neste ano mais cinquenta milhões de reais. Portanto, pode dizer a todos que nos últimos seis meses foram adquiridos cento e cinquenta milhões em remédios e que está sendo feito o terceiro turno nos hospitais; tanto que no mês passado foram mil e quarenta cirurgias, mas este mês já passaram de setecentas. Ressaltou que tinha uma coisa que os humilhavam e envergonhavam a todos, que era a fila de quinze mil cataratas que herdaram. Então contrataram quinze mil cirurgias credenciando a rede privada, inclusive estão fazendo operações à noite, aos sábados e domingos sem abrir mão da segurança, pois estão fazendo consultas, exames, risco cirúrgico e a cirurgia. Têm milhares de mulheres com problemas de varizes, ferida aberta na perna e o doutor Marco Antonio; nós estamos empreendendo a partir de maio um mutirão das varizes pela primeira vez na rede municipal para enfrentar esse problema e operar todas as mulheres com varizes. É uma boa notícia. Em relação aos doentes que estavam colostomizados, também vão enfrentar e recompor o trânsito; certo doutor Marco Antonio e livrá-los dessa situação penosa. No ano de 2016 tivemos o ano olímpico, mas só distribuíram no Rio de Janeiro cinquenta e seis próteses dentárias e, em suas idas as escolas, as comunidades, uma das coisas mais comuns é ter pessoas sem os dentes, parcialmente na maioria dos casos mas não são poucos os que estão sem todos os dentes. Por esse motivo, estão começando o programa para distribuição de mil e quinhentas próteses todos os meses e o objetivo é que seja assim até o final do governo; não é mesmo doutor Marco Antonio. O **doutor Marco Antonio de Mattos** respondeu que com certeza será assim. O **Prefeito Marcelo Crivella** falou que não poderia deixar de vir ao Conselho Municipal de Saúde para comentar isso com os conselheiros porque tem certeza que os conselheiros têm o mesmo coração que ele e o doutor Marco Antonio. Então vocês, conselheiros, ficarão felizes. Os desafios são enormes, imensos, difíceis, duros, mas a saúde tem sido uma prioridade do nosso governo e como já disse são enigmas de difícil solução. Disse ao doutor Marco Antonio que a imprensa bate em quem atende, mas não critica o governo federal que se afasta a cada ano que passa, a cada dia que passa do financiamento da saúde pública. O governo federal está se afastando, pois estadualizou os hospitais, municipalizou suas fontes de saúde com imenso prejuízo ao Município do Rio de Janeiro nas gestões passadas porque as pessoas se aposentam e não recontratam e, aí passa a ser funcionário pago pela Prefeitura e os repasses não são atualizados e ficam defasados pela inflação. O governo federal tem com o Rio de Janeiro uma dívida de meio bilhão de reais, mas os federais não aparecem nas críticas do RJ TV e o Crivella todo o dia na TV Globo, mas criticam quem está atendendo, quem está lutando na ponta. As enfermarias estão cheias porque estão lutando para atender a todos, trabalhando arduamente. Essa é a dificuldade que têm, mas podem ter a certeza de que a saúde é uma prioridade, o doutor Marco Antonio está devotado diuturnamente a encontrar solução para essas árduas controvérsias e eles não vão, absolutamente, transigir. É difícil a administração de uma série de OS's, inclusive temos uma Subsecretaria para cuidar dessas OS's especificamente, tirando isso dos ombros do doutor Marco Antonio que tem assuntos prioritários, urgentes e frementes para se devotar. Todos sabem que o Secretário de Saúde da gestão anterior está com os bens indisponíveis, mas todos lamentam isso e todos sabem dos escândalos que houveram, pois foi noticiado na mídia. Então têm que cuidar com muito rigor para que isso não ocorra novamente, pois

isso envergonhou a todos. Lamentavelmente o Rio de Janeiro teve um problema que nenhum estado do Brasil teve, pois ninguém na Bahia, em Alagoas, no Amapá, no Rio Grande do Sul e, no Mato Grosso; ninguém, por assim dizer, está amargurando um governador preso com sentença de cem anos e que talvez chegue há duzentos anos. Nenhuma capital perdeu trezentos mil empregos com carteira assinada e no total, no estado do Rio de Janeiro foram quinhentos mil empregos com carteira assinada. Alguém pode perguntar: “prefeito Crivella, isso é estatística do Cajed e tem margem de erro”. Mas não, isso é dado pelos donos de empresas de ônibus que perderam quinhentos mil vales transportes nos últimos três anos porque os patrões demitiram seus empregados. Agora são quinhentas mil pessoas que perderam a carteira assinada cujos filhos, muitos deles, estavam estudando na rede privada e agora estão na rede pública municipal de educação, inclusive estão servindo um milhão de refeições por dia. Muitos dos demitidos tinham planos de saúde mas agora estão na rede municipal de saúde, além de uma queda acentuada nos impostos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. São realidades que precisavam falar para o Conselho Municipal de Saúde, pois os conselheiros precisavam saber disso, ou seja, da luta tremenda que a Prefeitura está tendo. Na questão social, meus amigos, nossos abrigos tiveram uma demanda extraordinária de pessoas desalentadas vivendo na rua que foram procurar os abrigos da Prefeitura. Para terem uma idéia, na época em que o estado do Rio de Janeiro crescia e que tinham recursos abundantes enquanto faziam às Olimpíadas e todas as obras adjacentes, a gestão passada devolveu para o governo federal o prédio do IBGE na Mangueira. Aquele prédio há vinte anos abrigava, se é que se pode dizer que abrigava, duzentas e trinta famílias que viviam nos escombros, crianças, homens, mulheres que faziam cocô e xixi no saco plástico e jogavam pelo buraco da parede porque nem janelas tinham. Esse prédio foi devolvido, mas quando o Prefeito Crivella tentou resolver esse assunto, as pessoas lhe disseram: “pertence ao governo federal” ao que o Prefeito respondeu: “pertence ao governo federal, então vamos trazer de volta”. Informou que demorou um ano para trazer de volta, mas agora no dia treze de maio quer convidar a todos porque vão implodir o edifício, pois quis o destino que fosse dia treze de maio, dia em que vão implodir esse prédio. Informou que no local vão construir um prédio grande com dois mil apartamentos; isso é saúde ou não é; tirar pessoas que viviam no meio dos ratos, baratas e com porcos não é saúde, claro que é saúde. Informou ainda que dobraram o valor que era repassado para as creches, pois as crianças recebiam trezentos reais por mês, mas nos estados de Minas Gerais e São Paulo são dados seiscentos reais por criança. No Município do Rio de Janeiro, também, dobraram de trezentos para seiscentos reais por criança, isso não é saúde, claro que é porque estão pagando o dobro para as crianças, então é saúde. De tal maneira que era essas coisas que precisava falar com os membros do Conselho Municipal de Saúde porque não estamos em período eleitoral, não de prefeito, mas estamos prestando contas ao Conselho Municipal de Saúde que é nosso dever. Disse que o doutor Marco Antonio estará presente de maneira zelosa para observar todas as prestações de contas, críticas, auditorias, enfim, tudo o que puderem aprimorar; isso é um dever porque o Conselho Municipal de Saúde deve ser absolutamente independente e de maneira por assim dizer, indômita zelar pelo interesse do povo. Agora é preciso que os membros do Conselho Municipal de Saúde vejam o esforço que o Prefeito está fazendo, mas os conselheiros falam que no jornal e na televisão não sai nada disso, mas também a atual gestão não tem os recursos para o financiamento das propagandas que o governo anterior tinha. Basta compararem os orçamentos porque eram milhões e milhões, mas hoje não tem isso, hoje a realidade é outra, pois estão lidando com o Rio de Janeiro; como disse, perdeu quinhentos mil empregos com carteira assinada. Isso não ocorreu em nenhuma outra capital ou outra cidade, aliás, não sabe se isso ocorreu em alguma parte do mundo de em três anos perder tantos empregos. Além disso, o preço do barril caiu bastante. Também teve uma crise horrorosa com empresários e políticos presos, todos, desde a cúpula até os líderes políticos, todos presos: Presidente da Assembléia; o líder do Governo; o líder da Câmara de Deputados; uma tragédia. O **Prefeito Marcelo Crivella** afirmou que é inocente e lutou muito contra eles, perdeu quatro eleições, mas não deixou de lutar. Inclusive alertava que isso iria dar uma confusão danada, mas não conseguiu vencer o preconceito contra a religião e coisas do tipo e lamentou em ver a sua cidade, o povo do seu estado, caminhando a passos largos para a tragédia que a todos envergonha e humilha. Ressaltou que dela sairão para uma alvorada de um novo tempo, muito mais experientes e experiência vem com sofrimento. Por isso, o sofrimento está aí, mas que irão voltar a ser a cidade

maravilhosa de encantos mil e a mais linda do Brasil. Isso é que vai acontecer. Finalizando, agradeceu pela paciência de todos. Aplausos. O **Prefeito Marcelo Crivella** agradeceu os tímidos aplausos, mas o importante não é o aplauso e sim todos ouvirem, ouvirem e depois poderem, com calma, tranquilos porque tem a certeza. Nesse momento, a **conselheira Maria José Peixoto** interrompeu repentinamente a fala do prefeito pedindo se podia fazer uma pergunta ao mesmo. O **Prefeito Marcelo Crivella** respondeu que não quer mais atrapalhar a nobre reunião porque se abrir para responder perguntas. Nesse outro momento, os membros do Colegiado presente a reunião interromperam a fala do prefeito e insistiram em fazer perguntas. O **Prefeito Marcelo Crivella** respondeu que concordava. A **conselheira Sonia Nascimento** perguntou pelo Hospital Municipal Rocha Faria e o **Prefeito Marcelo Crivella** respondeu que melhorou muito. A **conselheira Maria José Peixoto** pediu dois minutos aos seus colegas para conversar com o prefeito. O **Prefeito Marcelo Crivella** disse aos conselheiros que antes das críticas precisam de conselhos porque estão presentes não os críticos da gestão do Município da Cidade do Rio de Janeiro, mas sim os conselheiros. A **conselheira Miriam Andrade** disse que é por isso que querem falar. A **conselheira Sonia Nascimento** disse que não são ouvidores, mas sim conselheiros e estão presentes para falar. O **Prefeito Marcelo Crivella** concordou, mas antes disse querer combinar uma coisa: pediu perdão dizendo que passou rapidamente na reunião do Conselho Municipal de Saúde para ver os conselheiros e falar algumas coisas, mas que está com um problema sério com os taxistas que estão em greve e coisas do tipo. Entretanto, na próxima reunião ordinária os conselheiros poderão fazer perguntas e dar conselhos ao Prefeito e ao Secretário Municipal de Saúde. A **conselheira Sonia Nascimento** disse que querem reivindicar também. O **Prefeito Marcelo Crivella** concordou, mas desde que não tenha briga. A **conselheira Sonia Nascimento** respondeu que não estão brigando, mas ficar só ouvindo o Senhor falar é um absurdo. O **Prefeito Marcelo Crivella** respondeu que a sua fala é uma maneira de prestar contas. Então na próxima reunião ordinária de junho será feita uma reunião sobre as reivindicações e para ouvir os conselheiros, mas hoje foi só um primeiro contato para ver os conselheiros. A **conselheira Sonia Nascimento** respondeu que já olhou e agora os conselheiros querem solução, querem perguntar, querem reivindicar e ouvir o prefeito. O **Prefeito Marcelo Crivella** reafirmou que na próxima reunião virá com calma para ouvir todos os conselheiros. A **conselheira Sonia Nascimento** indagou se vai mandar representante. O **Prefeito Marcelo Crivella** respondeu que não fará isso. A **Presidenta** do CDS da AP. 5.2, **senhora Neide Maria Neres** disse que o Prefeito deveria ir a Campo Grande. O **Prefeito Marcelo Crivella** respondeu que irá. A **conselheira Sonia Nascimento** pediu calma a senhora Neide por se tratar de uma reunião municipal e todos devem vir na próxima reunião do Conselho Municipal para serem ouvidos. Concluindo sua fala, o **Prefeito Marcelo Crivella** disse que irão fazer apenas uma síntese e irão ouvir a conselheira Maria José Peixoto, por hoje ela estará representando todos os conselheiros. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que é uma grande honra que todos têm porque pela primeira vez recebemos o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, na Plenária do Conselho Municipal de Saúde, porém é muito importante ouvir o prefeito falar dos atendimentos da saúde porque têm acompanhado isso enquanto conselheiros. Entretanto, há muito mais coisas para discutir com o prefeito, com o Secretário Municipal de Saúde Marco Antonio de Mattos que merece o respeito de todos os conselheiros pelo trabalho que tem feito com todas as suas dificuldades, mas queria fazer duas perguntas ao Prefeito. A primeira pergunta, a conselheira disse que primeiro compete ao Plenário, enquanto conselheira, discutir o PCCS dos trabalhadores da saúde do município do Rio de Janeiro. Aplausos. Continuando, a conselheira disse que quem é conselheiro no Conselho Municipal de Saúde, aliás, conselheiro ninguém é, está. Então quem está conselheiro sabe que é de sua competência, propor, reivindicar e lutar para ser implementado o PCCS o qual é discutido mensalmente no Gabinete do doutor Marco Antonio de Mattos, porém não sai da discussão. Ressaltou que não gosta de discutir a vida inteira sem ter resultado; sabe doutor Marco Antonio. Então precisamos do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo os inativos porque cada um deu sua vida toda na Secretaria Municipal de Saúde. Esse número é uma coisa importante porque é Lei, é uma questão de Lei, é uma questão de cumprir a legislação do Sistema Único de Saúde que é a Lei 8.142. Sobre a segunda pergunta: disse ao Prefeito que os conselheiros têm acompanhado pela imprensa, pelo WhatsApp e pelas redes sociais as escolas que estão deficitárias com as crianças que estão sem poder

estudar por falta de professor, por falta de condições. Disse que os equipamentos da Assistência Social estão precaríssimos com as mesmas e péssimas condições de atender a clientela, as pessoas que estão abaixo do nível da pobreza. Então realmente é preciso ter um programa e um projeto para iniciar e terminar as instituições que acolhem o povo porque está realmente muito difícil de entender dessa forma o PCCS e as condições de trabalho porque os trabalhadores têm lutado por estas condições de trabalho; salários atrasados dos trabalhadores das Organizações Sociais; data de pagamento dos servidores públicos que foi alterada, mas depois essa data é antecipada em um ou dois dias como se fosse um benefício, mas não é benefício porque sempre o servidor público da prefeitura do Rio de Janeiro recebeu nos primeiros dias do mês. É preciso que o Prefeito tenha os seus assessores para discutir as coisas para depois não queimar o Prefeito porque o assessor vai conversar com o Prefeito que concorda e quebra o Prefeito. Indagou que não sabe se o Prefeito concorda com determinadas coisas que está acontecendo e se sabe o que está acontecendo, porque as crianças estão precisando de aulas, os trabalhadores das Organizações Sociais precisam de pagamento e às custas sociais dos seus empregos; porque se não pagar não se aposenta. A questão social de que falam é muita séria, além da segurança que tem porque não têm segurança nas unidades de saúde, porque veem que os trabalhadores estão apanhando nas emergências das UPA's. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu para concluir a fala. A **conselheira Maria José Peixoto** respondeu que irá terminar mas não é a toda hora que se vê um Prefeito no Conselho Municipal de Saúde. Agradeceu ao Prefeito Marcelo Crivella por ter aberto esse espaço e disse que representa o segmento dos trabalhadores. Por isso, falou que nenhum trabalhador é contra o Prefeito, mas sim contra o descaso que a Prefeitura tem feito em relação aos trabalhadores. Finalizando, agradeceu. Aplausos. A **Presidenta Fátima Lopes** retribuiu o agradecimento e, em seguida informou ao Prefeito que já havia dado uma abertura para uma profissional falar e quem falará agora é uma usuária. A **conselheira Sonia Nascimento** cumprimentou a todos e saudou o Prefeito Marcelo Crivella. Informou ao Prefeito como já havia falado, com ênfase, no dia treze de maio e como estão presentes muitos conselheiros distritais da AP 5.2, da região de Campo Grande; disse que há cinquenta anos nasceu no Hospital Rocha Faria, em 22/07/1967, mas a única coisa que mudou foi que esse hospital foi municipalizado. Informou que Campo Grande é uma área que está crescendo e junto cresce também o número de usuários de crack, como já havia denunciado no Conselho Municipal de Saúde. Prosseguiu informando que não têm consultórios na rua em Campo Grande e que também têm poucos NASF. Ressaltou que além de ser usuária é do conselho gestor da Clínica Família Everton de Souza Santos, localizada no Jardim Moricaba, em Senador Vasconcelos. É uma comunidade onde as políticas públicas demoram a acontecer porque na região não tem tráfico e por isso, não é preciso encobrir nada, tanto que a imprensa não precisa estar presente todos os dias, além da prefeitura e os serviços públicos que não precisam estar na região para fingir que está tudo bem porque as coisas públicas demoram a acontecer. Disse ao prefeito que em Campo Grande precisam de NASF's e precisam de melhorias no Hospital Municipal Rocha Faria; precisam de mais UPA's e Clínicas da Família. Ressaltou que tem uma Clínica da Família que atende uma parte da comunidade, mas a outra parte não é atendida e isso, é um absurdo. Portanto, quer saber como foi feita essa logística embora não foi na gestão atual, mas agora segura à peteca porque precisa de uma resposta. Informou que tem uma clínica da família a ser construída e que foi promessa de campanha eleitoral no bairro Arnaldo Eugenio. Disse que em frente à escola Municipal Mafalda Teixeira de Alvarenga acabaram com o campo mundial e até hoje não foi feito mais nada, roubaram tudo e a clínica da família não foi feita. Disse que gostaria de respostas a essas perguntas. Quanto ao dia treze de maio, disse que os negros e as negras não comemoram porque foi uma falsa abolição, pois tiraram seus ancestrais e os abandonaram nas ruas. Por isso, quando veem que têm preto pobre na cadeia; os pretos que estão morando nas favelas porque não tiveram reparação dessa cidade, desse Brasil. Informou ainda que no dia treze de maio irão fazer uma marcha que sairá do viaduto de Madureira até a Portelinha porque Senhor Prefeito não comemora mas lamenta o genocídio da população negra; lamenta que o Plano Municipal de Saúde da população negra nunca é implementado; lamenta que as mulheres pretas, na estatística da mortalidade materna são as que mais morrem; lamenta porque o dia treze é um dia de reflexão e lamenta que as mulheres pretas morram por causa do racismo no SUS. Por isso, gostaria de saber do Prefeito Marcelo Crivella o que será feito em sua gestão para acabar com o racismo no SUS, mas também

gostaria de saber o que fará com o Estado que mata as pessoas pretas nas favelas porque bandido bom é bandido morto mas a cor do bandido é igual da conselheira. Finalizando, agradeceu. Aplausos. A **conselheira Ananda Gonzalez** disse ao Secretário de Saúde Marco Antonio de Mattos que gostaria de entregar a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), o manual de implantação das práticas integrativas como uma forma de solução para as questões de saúde, graças ao congresso internacional que foi realizado no Município do Rio de Janeiro. Inclusive disse que o Secretário de Saúde Marco Antonio de Mattos esteve presente e sua presença foi fundamental. Finalizando, agradeceu à oportunidade. A **Presidenta Fátima Lopes** disse à conselheira Ananda Gonzalez que ela teria que se dirigir a Mesa para solicitar permissão para falar. Mesmo assim, agradeceu à contribuição da conselheira. O Secretário de Saúde Marco Antonio de Mattos também agradeceu e a conselheira retribuiu o agradecimento. O **Prefeito Marcelo Crivella** disse que o Plano de Cargos, Carreira e Salário (PCCS) é um sonho de sua gestão mas desde a época do ex-secretário Carlos Eduardo esbarram na Lei de Responsabilidade Fiscal que não permite que se tenham gasto com pessoal acima de cinquenta e quatro por cento da receita corrente líquida. Informou que estão tentando subir a receita corrente líquida, mas como isso pode ser feito, com a principal receita da Prefeitura que é o IPTU. Entretanto, na gestão anterior, tinha uma fiscalização na Zona Norte e na Zona Oeste, inclusive os drones foram utilizados para ver quem fez um puxadinho etc., mas na Zona Sul nada foi feito já que vinte mil apartamentos em Copacabana não pagavam IPTU. Na Vieira Souto às pessoas pagam de quatro a cinco mil reais de IPTU e por isso, tiveram que enfrentar essa situação. Essa é uma das críticas severas que recebe da Imprensa, justamente porque tiveram que enfrentar essa situação para melhorar a receita. Disse que não podiam atualizar vinte anos de defasagem de uma vez só; então ficou metade para esse ano e metade para o ano que vem e quando chegar no ano que vem a receita corrente líquida do principal imposto da Prefeitura, o IPTU, estará maior e espera fazer justiça aos médicos, enfermeiros e a todos os profissionais de saúde. Disse o que irá falar será com muito orgulho porque na época do carnaval, de Santa Cruz veio para ser atendida no Hospital Municipal Miguel Couto, uma menina que estava esfaqueada, inclusive junto com o Senhor Marquinhos acompanharam o estado dela porque a menina foi esfaqueada por uma senhora bêbada que queria matá-la. Disse que os conselheiros precisavam ver o trabalho espetacular porque os quinhentos médicos do Hospital Municipal Miguel Couto salvaram a vida dela. Esclareceu que hoje, a menina já fez os dentes e vai fazer uma cirurgia no lábio, mas já está andando, pois isso é uma riqueza extraordinária e tem o maior respeito. Nesse momento, a fala do prefeito foi interrompida pela **conselheira Maria José Peixoto** que pediu desculpas e disse que os profissionais de saúde também ajudaram e que não foram somente os médicos não é preciso falar também dos profissionais de saúde. O **Prefeito Marcelo Crivella** respondeu a conselheira que foram todos que ajudaram, pois foi um dever de todos. Disse que o salário é muito ruim e por isso, estão propondo aos médicos, enfermeiros e profissionais de saúde uma maneira de ganhar melhor, que é assumir cargos nas Clínicas de Família e nos hospitais estaduais porque na Clínica de Família o médico da Prefeitura do Rio de Janeiro ganha de quinze a vinte mil reais e o salário é muito melhor e se o médico da rede pública aceitar. Nesse momento, sendo interrompido mais uma vez, a **conselheira Elizabeth Guastini** perguntou por que o salário não pode ser dado ao restante da Prefeitura. O **Prefeito Marcelo Crivella** respondeu que é inviável, não cabe no orçamento. A conselheira retrucou dizendo que cabe no orçamento das OS's. O **Prefeito Marcelo Crivella** explicou que quando paga salários de OS's é custeio, mas quando paga salário de médico é salário. Explicou ainda quando assumiu sua primeira proposta ao governo Temer foi o seguinte: tira a despesa com empresa pública de saúde que é a RioSaúde, considerando-a como uma OS's porque aí poderá pagar salários excelentes para os médicos porque não irá ter limite na Lei de Responsabilidade Fiscal porque é custeio, não é salário. A **conselheira Elizabeth Guastini** pediu a ele dois minutos apenas para falar. O Prefeito concordou mas combinou que somente a conselheira falará. A **conselheira Elizabeth Guastini** informou ao prefeito que é da direção do Sindicato dos Enfermeiros, além de ser representante dos profissionais. Informou que atualmente o grande problema não é só o PCCS porque o PCCS é um problema de salário, como já tinham conversado com o ex-secretário de Saúde doutor Carlos Eduardo, onde foi dito que mesmo fazendo o PCCS não iria resolver se não tivesse aumento de salário, não iria ser corrigido. Informou que o maior problema da área de saúde atualmente são as condições de trabalho porque como conselheira percorre todos os

hospitais municipais, como o Miguel Couto, Souza Aguiar e Salgado Filho e, o que vê nas emergências, atualmente é que o problema de recursos humanos está muito sério. Por exemplo, na emergência do Hospital Municipal Souza Aguiar, a sala amarela está funcionando com um enfermeiro e dois técnicos de enfermagem para atender oitenta pacientes. Isso é desumano para não falar das pessoas que estão adoecendo, mas o pessoal da enfermagem está a postos vinte e quatro horas por dia e cada um está dando o seu sangue. Sobre o Hospital Municipal Salgado Filho, disse que foi a essa unidade nessa mesma semana e viu que na emergência não dá para andar porque a distância entre uma maca e outra não deixa passar uma pessoa, pois está superlotada e com um enfermeiro para atender oitenta pacientes; um enfermeiro e dois técnicos de enfermagem para atender sessenta pacientes. Ressaltou que isso está acontecendo em todos os hospitais municipais. O grande problema é que o Abono Permanência que é pago a quem trabalhava além do tempo de aposentadoria, foi retirado e isso vai fazer com que as pessoas acelerem os seus processos de aposentadoria. O pior de tudo, infelizmente, é que dentro dos Hospitais Municipais, Salgado Filho e Miguel Couto não entram OS's. Essas unidades têm apenas funcionários públicos que vão se aposentar agora porque vai ter uma aceleração das aposentadorias por causa do fim do abono permanência. Também não terá reposição porque a Prefeitura não pode contratar por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive as OS's não podem entrar para trabalhar em parceria com os enfermeiros e técnicos. Então o que poderão fazer. A **Presidenta Fátima Lopes** perguntou porque o tempo não havia sido esgotado ao Prefeito e se ele poderia atender mais uma pessoa. Houve anuência. O **Secretário Executivo David Lima** solicitou ao Prefeito se poderia pedir à administração do auditório para prorrogar a reunião até mais tarde, pois a pauta está atrasada. O **Prefeito Marcelo Crivella** respondeu que o auditório é do Conselho Municipal de Saúde. Aplausos. A conselheira do CDS da AP 5.2, **senhora Ana Lúcia** cumprimentou os presentes e informou que é presidente do Instituto de Apoio as Crianças Especiais Angeliana. Esclareceu que a instituição está situada em Campo Grande e estão com uma demanda muito grande na área da saúde mental. Informou que há seis anos faz um trabalho com um grupo de crianças portadoras de paralisia cerebral e autismo porque são mais de cento e cinquenta famílias que estão sem atendimento. Informou que as crianças atendidas pelos CAPSi estão sem medicação e se alguém vê a situação das mães por não conseguirem neurologia, psiquiatria e fonoaudiólogos para poder atender as crianças, pois é uma demanda muito grande. Estão buscando, mas infelizmente não têm conseguido apoio da Prefeitura porque estão buscando nas instituições, clínicas da família mas que infelizmente não têm conseguido. Por isso, gostaria, nesse momento, com a presença do Prefeito para poder ter pelo menos um respaldo, aonde essas famílias irão procurar porque estão pagando alguns atendimentos sem poder. Informou que ontem teve uma reunião com cinco mães dentro da instituição porque elas estão procurando clínicas populares para poderem ter a medicação dos seus filhos para eles não entrarem em crise. Informou que a saúde mental, infelizmente, está abandonada, inclusive os CAPSi estão abandonados. O **Prefeito Marcelo Crivella** respondeu dizendo que a conselheira leve imediatamente, essa informação ao Secretário Municipal de Saúde Marco Antonio de Mattos porque o único remédio que estava faltando para a saúde mental nas clínicas de família, nas tantas reuniões que fizeram era o diazepam de 10mg mas também tinha o de 5mg. A conselheira do CDS da AP 5.2, **senhora Ana Lúcia** disse que, hoje, convidou uma mãe para vir ao Conselho Municipal de Saúde mas que infelizmente não pode vir, inclusive não sabia que o Prefeito estaria presente. Por isso, está aproveitando a oportunidade porque a situação está muito complicada, são situações de mães que estão pedindo pelo amor de Deus, inclusive elas já fizeram uma passeata na Prefeitura e infelizmente não foram atendidas. Também têm uma associação do grupo dos CAPSi que, hoje, está dentro do CDS da AP 5.2. Então, por favor, precisam de saúde mental para atender essas crianças. O **Prefeito Marcelo Crivella** informou caso a senhora Ana Lúcia possa e se achar melhor depois de amanhã receberá todas as mães no auditório e que por isso abrirá espaço na agenda para sentarem com todas as mães, nome por nome para cuidarem disso. Como já havia dito e a senhora Ana Lúcia ouviu, no ano passado, junto com o Secretário Municipal de Saúde Marco Antonio de Mattos, compramos cem milhões de reais em medicamentos, porém nesse ano compramos cinquenta milhões de reais em medicamentos. Informou que foram ao depósito de Jacarepaguá e verificaram que está lotado de medicamentos, também em todas as clínicas de família que visita. Perguntou: está faltando médico, respondeu que falta um ou

dois. Está faltando enfermeiro, respondeu que falta um ou dois. Pergunta pelo salário, respondeu que graças a Deus está em dia. Pergunta se falta remédio e a resposta é não. Pergunta se tem remédio para diabetes, pressão alta para o pessoal da saúde mental, respondeu que só falta diazepam. Ressaltou que realmente vai faltar diazepam porque tinha um contrato para comprar. A **senhora Ana Lúcia** disse que na saúde mental não é só o diazepam que falta porque têm outros medicamentos. O **Prefeito Marcelo Crivella** respondeu que sabe que há falta de outros medicamentos e pediu encarecidamente a senhora Ana Lúcia que amanhã, por favor, para poderem se reunir, ele, o Prefeito, o Secretário Municipal de Saúde Marco Antonio de Mattos, a senhora Ana Lúcia e o grupo para trazer efetivamente o nome das crianças; o remédio que elas tomam e o endereço das casas onde elas moram; porque não vão deixar isso acontecer mais, de jeito nenhum, de maneira nenhuma. Reafirmou que amanhã será recebida no auditório e, por isso, acha melhor marcar tipo às três horas da tarde porque acha que dará tempo de reunir e chamar as mães, mas se a Senhora Ana Lúcia não puder reunir às três horas virão no dia seguinte, porque todos têm que se reunir para resolver esse problema da CAP 5.2 de qualquer maneira. A **senhora Ana Lúcia** disse que não é só na CAP 5.2, têm as de outros CAPSi. O **Prefeito Marcelo Crivella** respondeu que se tiverem outros CAPSi irá visitar um por um. O **Secretário Municipal de Saúde Marco Antonio de Mattos** disse que a SUBVISA e a Subsecretaria de Atenção Primária lhe atualizaram que dos medicamentos da Atenção em Saúde Mental é o diazepam de 5mg porque a indústria está com dificuldade do princípio ativo. Por isso, estão colocando o princípio ativo que têm para produzir o diazepam de 10mg. Disse que tem o diazepam de 10mg, o comprimido com duas bandas de 5mg e o Clonazepam que é um derivado diazepínico, mas precisa que a senhora Ana Lúcia prepare essa lista e levem para eles porque essa é a informação atualizada da saúde mental. A **Presidenta Fátima Lopes** solicitou ao Senhor Prefeito que precisa avançar na reunião do Colegiado. O **Prefeito Marcelo Crivella** a informou que está concluindo. **Membro representante do Conselho Distrital que não se identificou** pediu um aparte rápido ao Prefeito. Este concordou. Prosseguindo, disse para tal 'mãe' que não está visualizando o conselheiro da AFAMUNDI. Informou que é da AFAMUNDI e da Associação dos CAPSi do Município do Rio de Janeiro e que gostaria de estar nessa reunião. O Prefeito sinalizou concordando. A **conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes** disse que entendeu que são todos da saúde mental e que cabe a cada um que representa as instituições fazer a divulgação aos Presidentes Distritais das AP's e trazerem todos. Disse que é muito bom ver o Prefeito à Mesa, pois acha que nunca viu um Prefeito na reunião do Conselho Municipal de Saúde. Disse que essa é a primeira vez e parabenizou o Prefeito por estar presente na reunião. Esclareceu que sua fala vai ser rápida, mas objetiva. Informou ao Prefeito que têm grandes problemas com as OS's mas sabe que o pólo é a Prefeitura que contrata as OS's e que por isso os dois têm a questão de culpabilidade com o que está acontecendo. Por exemplo, a OS IABAS saiu do Hospital Municipal Rocha Faria e entrou a Empresa RioSaúde. Ressaltou que embora a Empresa RioSaúde seja tema de pauta, adiantou que hoje, os profissionais saíram do Hospital Municipal Rocha Faria sem receber seus pagamentos, ou seja, têm várias pendências, inclusive já fizeram assembléia com os técnicos do sindicato. Disse ao Prefeito que está falando da OS IABAS, mas quando essa OS entrou em 2009 os conselheiros do Conselho Municipal de Saúde foram contra as OS's, mas ninguém respeitou a deliberação feita pelo Conselho Municipal de Saúde. Hoje, os conselheiros têm a obrigação de fiscalizar as OS's porque quem participa do Conselho Municipal de Saúde de 2016 até o presente momento é a CTA aonde se fazem presentes os presidentes dos Conselhos Distritais desde 2016 porque em 2009 aconteceram várias coisas. Portanto, entra OS's e sai OS's e deixam sequelas para os profissionais porque os trabalhadores não têm culpa por não estarem recebendo seus pagamentos porque, hoje, têm profissionais da OS IABAS presente, porque essa OS não responde quando vai pagar. Então entra a Empresa RioSaúde que é tema de pauta como já havia falado e vai explicar tudo isso. Ressaltou que o Secretário da SMS abriu um programa para poder fazer um grupo de trabalho para avaliação de contratação, não é isso. O **Secretário Municipal Marco Antonio de Mattos** respondeu o que houve foi a substituição de médicos e enfermeiros da OS. Nesse momento, a fala do secretário de saúde foi interrompida pela **conselheira Miriam Andrade** que insistindo em seu ponto de vista, disse que foi publicado no Diário Oficial um grupo de trabalho que foi delegado pelo Secretário da SMS para avaliar essas contratações. Disse ao Prefeito que os conselheiros são a favor do serviço público e

não das OS's, mas defendem os trabalhadores das OS's porque são a favor dos trabalhadores e não das OS's. Aplausos. **Membro do Colegiado que não se identificou** disse para abrir concurso público. Prosseguindo, a conselheira disse que a Lei de Responsabilidade Fiscal está "pegando" porque houve uma má gestão. Com relação à saúde mental disse que o problema é questão de gestão porque foram ao depósito de Jacarepaguá que é o centro de distribuição e que está abarrotado de medicamentos. O problema é gestão e que, por isso, tem que consertar a gestão, Prefeito. Aplausos. O **Prefeito Marcelo Crivella** orientou o Secretário Municipal Marco Antonio de Mattos determinar ao departamento de RH para verificar o que a conselheira Miriam Andrade falou, sobre o déficit de RH. **Membros do Colegiado que não se identificaram** disseram que isso acontece em todas as unidades. Continuando, o Prefeito disse para que conselheira Miriam Andrade, pelo amor de Deus, falasse aos enfermeiros que abriram vagas para que assumam cargos nos hospitais terceirizados e nas clínicas de família, ganhando muito melhor e incorporando isso na aposentadoria, pois os ajudaria muito em relação a sua gestão, se os enfermeiros pudessem assumir esses cargos. Ressaltou que abriram milhares de vagas e gostaria muito que os enfermeiros viessem ajudá-lo porque vão ganhar melhor, vão incorporar para a aposentadoria. Informou que vão ver isso que a conselheira Miriam Andrade denunciou que é o problema das OS's, que por lei podem contratar sem concurso e podem comprar sem licitação, então, depois o pessoal da atual gestão fica numa confusão danada na hora de conferir e depois para computar. Esclareceu que dois assuntos já estão marcados: o primeiro irá implementar a saúde da população negra, pois isso é compromisso da atual gestão, porque não sabia disso e pedirá ao Senhor Marquinhos para priorizarem todas essas medidas que forem necessárias porque a conselheira Sonia Nascimento tem toda razão, há uma dívida histórica que humilha e envergonha a todos e que irão fazer isso. O segundo assunto é que amanhã terão a reunião com os meninos, as meninas, o pessoal, os idosos da saúde mental. Informou que irão saber nome por nome e vão garantir remédio por remédio, apesar da Prefeitura não ter esse dinheiro todo, mas para isso têm porque vão ter, vão encontrar prioridade total e cuidar disso. O **Prefeito Marcelo Crivella** agradeceu muito a atenção de todos e disse que na próxima reunião virá só para ouvir, finalizando, agradeceu. Aplausos. A **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu ao Prefeito e logo depois pediu ao conselheiro Jaciano Santiago para voltar a ler a partir do ponto em que parou a reunião com a vinda do Prefeito. O **conselheiro Jaciano Santiago** respondeu que parou na leitura de ofertas de procedimentos, prosseguindo com a leitura. A **conselheira Maria José Peixoto** perguntou qual é o hospital que irá receber esses procedimentos. O **conselheiro Jaciano Santiago** respondeu que é o Hospital Fundação do Câncer. A **conselheira Sonia Nascimento** indagou que quando se fala em gratuidade não é SUS que é gratuito. Essa é a sua dúvida porque a toda hora se fala em gratuidade, mas não é o SUS. O **Secretário Executivo David Lima** respondeu que o SUS é gratuito para todos mas o SUS paga o serviço. A **conselheira Sonia Nascimento** disse que por ser gratuidade não vai deixar de ser cobrado. O **conselheiro Jaciano Santiago** disse que, nesse caso, a instituição não vai receber pelo serviço, o Município do Rio de Janeiro não vai ter gastos com relação a esses procedimentos. A **conselheira Maria José Peixoto** perguntou se têm como fazer esses serviços de forma gratuita. O **conselheiro Jaciano Santiago** disse que sim, é gratuito. A **conselheira Maria José Peixoto** perguntou a troco de que. O **conselheiro Jaciano Santiago** respondendo disse, apresentação para Chamada Pública no formato de gratuidade. A **conselheira Sonia Nascimento** disse que é bom lembrar que quando se fala em mama, quando dizem que são quarenta ofertas, na verdade são vinte porque é um procedimento para cada mama, então é melhor verificar porque acha que é por mama. O **conselheiro Jaciano Santiago** disse que são trezentas mamografias bilaterais por rastreamento. A **Presidenta Fátima Lopes** perguntou se está tudo esclarecido. A **conselheira Maria José Peixoto** disse não estar esclarecida e pediu se podia dar uma informação. A Mesa consentiu. Prosseguindo, disse que tem dúvida não por estar confusa e sim por não estar entendendo porque o conselheiro Jaciano Santiago disse que o hospital que trata do câncer vai fazer vários procedimentos. Informou que acha ótimo mas quando perguntou sobre o convênio com o SUS, o conselheiro Jaciano Santiago disse que não, mas quando perguntou se é gratuito o conselheiro disse que é. Disse que a troco de que a instituição vai fazer tudo gratuito e queria saber o que está por trás disso. **Membro do Colegiado que não se identificou** disse que é uma contrapartida. A **conselheira Maria José Peixoto** respondeu que estão no Conselho Municipal de Saúde que é o lugar que não

tem como deixar de esclarecer porque só tem uma instituição para fornecer. Somando tudo são cerca de quinhentos, seiscentos exames especializados gratuitos e não é em qualquer lugar que são feitos. Sua pergunta é sobre a contrapartida porque ninguém da nada a ninguém, não pode se falar, enquanto conselheiros, e achar dizendo que isso que é papai Noel em mês de maio. Portanto, queria um esclarecimento e que constasse em ata porque os conselheiros não podem pelo menos ela, enquanto conselheira, não pode ouvir uma demanda gratuita porque acha ótimo. Disse que a lei é o seguinte: quem tem dá a quem não tem porque não acha nada demais mas quando se trata de poder público, a preocupação da conselheira é de quanto vale a contrapartida. O **conselheiro Jaciano Santiago** esclareceu que é uma instituição filantrópica e não é a primeira que oferta gratuidade no Município do Rio de Janeiro. Hoje, toda oferta do Hospital Adventista Silvestre tem gratuidade e toda oferta do Hospital Pró Criança Cardíaca é gratuidade. Então são unidades filantrópicas, inclusive o diretor do Hospital Fundação do Câncer está presente e irá falar sobre o Hospital, mas não tem nenhuma ilegalidade na oferta de serviços em gratuidade. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que não falou de ilegalidade. O **conselheiro Jaciano Santiago** respondeu que só está esclarecendo que não há nenhuma ilegalidade na oferta de gratuidade para o Município do Rio de Janeiro. Recapitulando, no Hospital Adventista Silvestre toda oferta tem gratuidade; no Hospital Pró Criança Cardíaca toda oferta tem gratuidade e o Hospital Fundação do Câncer está ofertando os serviços. Finalizando, agradeceu e passou a palavra ao diretor do Hospital. Antecipando-se, a **conselheira Maria Angélica** cumprimentou os presentes e disse que antes de qualquer processo vir ao Conselho Municipal de Saúde, que fazem visita porque o CDS da AP 3.2 tem essa prática, olham o serviço. Entendem enquanto Conselho da AP 3.2 que todos os requisitos foram respondidos, que é um serviço que não tem discussão porque a fila é imensa e sabem a demanda que têm na área. Reafirmou que fizeram a visita, visita essa que foi a contento, mas sabem que é convênio, contratualização porque ninguém trabalha de graça, obviamente, mas o que querem é o serviço. Por isso, o diretor vai explicar qual é a maneira. Entretanto, os conselheiros da AP 3.2 entenderam que a unidade é de suma importância para o usuário, pelo menos pela demanda que tem na área. A Presidenta agradeceu pela participação. O **diretor Alfredo Scaff** cumprimentou os presentes e agradeceu pela oportunidade. Informou que é médico sanitário e trabalha no Hospital Fundação do Câncer, hospital esse que foi inaugurado em maio de 2016. Portanto, têm dois anos de idade. O hospital está localizado no Jardim do Méier, em frente ao Hospital Municipal Salgado Filho onde era uma antiga Casa Sendas e quem, acha, é da região conhece bem o lugar. Reafirmou que o Hospital Fundação do Câncer é uma Fundação Filantrópica, localizada no Município do Rio de Janeiro e que existe desde 1991; que não começou ontem e não é OS's, mas uma fundação que pretende trabalhar e faz isso porque é filantrópica. Informou que está ofertando procedimentos para garantir a continuidade da sua filantropia, porque faz parte do estatuto da fundação filantrópica fazer isso; esse é um ponto. Sobre o outro ponto, esclareceu que o processo de credenciamento e habilitação ao SUS está correndo junto a SMS e que é um processo longo, geralmente são processos que demoram anos para acontecer. Enquanto o processo não sai para poder ser credenciado ao SUS e receber e trabalhar com o SUS, estão ofertando, respondendo ao Chamamento que foi feito pela Prefeitura, pela SMS no ano passado para começar o trabalho com esses procedimentos que estão no processo. Informou que está convidando a todos que estiverem passando por lá para conhecerem o hospital, assim como já foi feito pelo Conselho Distrital da AP 3.2 para ver o quanto estão se dedicando a ser um hospital específico de câncer no Município do Rio de Janeiro. Finalizando, agradeceu. Aplausos. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que já estava tudo esclarecido e colocou em votação o processo 09/00030/2018 que foi aprovado pela maioria simples. A **conselheira Maria José Peixoto** se absteve para ter direito de resposta, segundo a Presidenta, de um minuto. Com a palavra, informou que sua pergunta foi no sentido de esclarecer até porque nenhum esclarecimento foi dado, previamente, para os conselheiros. Portanto, no Conselho Municipal de Saúde, ninguém tem ouvido e não pode ouvir porque tem que ouvir e saber ouvir. Se não souber ouvir vai ouvir lá na frente coisa muito pior. Disse que para votar é preciso que os conselheiros saibam o porquê estão votando, porque se votassem conscientes não passariam o que estão passando na Cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro e no restante do Brasil. Informou que está satisfeita que o doutor Alfredo Scaff que teve a boa vontade de estar presente, de colocar a sua instituição para atender a

demanda mas informou para quem não sabe que a filantropia não é de graça, pois vinte por cento do valor anual arrecadado é para prestar serviços gratuitamente à sociedade porque não paga impostos. Portanto, nada é de graça nesse país, mas vale a pena essa instituição trazer a demanda para o Conselho Municipal de Saúde porque é uma doença que está aumentando a cada dia, a cada hora. Parabéns por ter trazido essa demanda, mas não é de graça não, porque vinte por cento do orçamento total por ano vai por essa gratuidade. Aplausos. O **conselheiro Jaciano Santiago** esclareceu que é gratuidade porque o Município do Rio de Janeiro não arca com esses recursos. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que o conselheiro ainda não entendeu o que é gratuidade e filantropia. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do ponto três da pauta modificativa: Comissão de Educação Permanente – 30 minutos - 3.1 – “Projeto Seja bem-vindo” - Apresentação das Práticas Integrativas e Complementares. A apresentação que se segue foi feita com slides e comentários. A **palestrante e conselheira Ananda Gonzalez** cumprimentou os presentes e, em seguida, pediu perdão às pessoas que vieram às 15 horas para a semana nacional de práticas integrativas porque não contavam com a presença do Prefeito na reunião de hoje. Ressaltou que o grupo irá apresentar a todos um pouco mais a fundo, o que são as práticas integrativas e complementares e porque estão presentes no Conselho Municipal de Saúde hoje. Informou que a semana nacional de práticas surgiu em 2015 por uma iniciativa de uma Rede Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, onde comemoram a política nacional. Ressaltou que nesse mês, por acaso, comemoram doze anos de política nacional de práticas integrativas e complementares. Informou que representa e, é membro fundadora da Rede Estadual de atores de práticas integrativas e complementares em saúde do Rio de Janeiro. Esclareceu que é Naturóloga formada pela Universidade Anhembi Morumbi, que é uma das práticas integrativas que também têm, além de ser representante fiscal da Associação Brasileira de Naturologia. Perguntou o que é a Rede Estadual de Atores Sociais em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde mais conhecida como Rede PICS/RJ. Respondeu que os integrantes, primeiramente, são usuários, movimentos sociais, professores, universidades, entidades representativas, profissionais de saúde que atuam com as práticas integrativas, Órgãos do Governo, ou seja, gestores. Disse que em Brasília têm muitos gestores, deputados federais como o Giovani Cherini que está sempre em Brasília através da Frente Parlamentar mista de práticas integrativas para defendê-los. Informou que o deputado faz parte da Rede assim como o próprio Ministério da Saúde. Também têm comunicação direta com a Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Esclareceu que um dos objetivos é implantar as práticas integrativas no SUS e a proposta da Rede PICS/RJ, em específico, é levar ao cidadão práticas que ofereça uma nova cultura de saúde para terem uma solução um pouco melhor para a situação de saúde hoje, como o estado de saúde das pessoas objetivando levar autoconhecimento, autorreflexão e autocuidado, ou melhor, autonomia do sujeito que é o que tem faltado. Esclareceu que têm tido uma questão importante, anteriormente, na comunidade de práticas do Ministério da Saúde ofereciam um curso, em várias áreas da Atenção Básica principalmente de aprimoramento dos profissionais do SUS, de gestores, aberto a população para todos que quisessem realizar o curso poderiam. Informou que o canal é o AVASUS (<https://avasus.ufrn.br>), onde podem encontrar cursos de introdução as práticas integrativas em antroposofia; medicina tradicional chinesa; práticas corporais e mentais. Isso tudo colocando práticas integrativas dentro do canal do AVASUS. Entretanto, existe uma problemática, muitas vezes o Agente Comunitário de Saúde, por exemplo, tenta realizar o curso, só que não conseguem com os gestores das unidades ter uma ausência porque não conseguem justificar que vão, por exemplo, realizar um curso que seja semipresencial, pois se for online tudo bem, já que não precisará se ausentar da unidade para realizar o curso, porque pode fazê-lo em casa no horário que bem lhe convier. Entretanto, quando o curso é semipresencial o agente comunitário precisa sair da unidade para realizar o curso, mas fica impossibilitado. Entretanto, o objetivo é o aprimoramento profissional. Ressaltou que essa é uma questão que gostaria de trazer para o Conselho Municipal de Saúde para ser discutida mais a frente, de como podem melhorar isso porque se é importante ter aprimoramento profissional então como todos podem melhorar essa questão. Disse que por acaso tiveram a presença do Prefeito e do Secretário da SMS na reunião de hoje. Então, mais cedo pode entregar em mãos um manual de implantação das práticas integrativas e complementares e também um glossário temático que explica cada sigla; o que é a Rede PICS, por exemplo, porque esse manual explica o que são as práticas integrativas, o que é a naturopatia, a

musicoterapia, a arteterapia, terapia floral já que o manual explica tudo isso e também interações e outras noções de saúde que trazem como fundamentais. Portanto, está trazendo esse assunto para que todos entendam, um pouco, porque estão falando de práticas integrativas e porque o Ministério da Saúde e mundialmente estão falando sobre o assunto, pois é importante entender o porquê. Ressaltou que o grande problema de saúde pública, hoje, são as doenças crônicas não transmissíveis, por exemplo: em 2013 o número de óbitos por conta dessas doenças chegou a mais de setenta e dois por cento. Informou que, hoje mesmo, em seu consultório enquanto naturóloga atende idosos que tomam sete medicamentos, eles tomam, por exemplo, medicamentos controlados para diabetes, hipertensão, hipotireoidismo e ainda tem um caso de iatrogenia, ou seja, precisam tomar outros medicamentos só para reverter os efeitos colaterais que são ocasionados pelos medicamentos controlados que eles tomam ao longo, até vir a óbito muitas vezes. Através do slide, disse que para reverter essa situação de saúde pública é aí que entram as práticas integrativas e complementares, mas como para serem bem realistas hoje muitos profissionais de saúde, médicos, enfermeiros, nutricionistas precisam e estão buscando a Estratégia de Saúde da Família. Por exemplo, têm médicos de família pensando diferente que é pensar no elefante. Pensando que, por exemplo, se o ser humano olha só o rabo do elefante pode pensar assim: Ah, é só uma vassoura é fácil tratar e para que preciso pensar no pé, braço e cabeça, ah, é só uma vassoura. Ressaltou que ficaram tão especialistas em todas as áreas que perderam a noção de integralidade e o médico de família é um desses profissionais que tentam resgatar depois de ter ao longo de seis anos de graduação, por exemplo, onde estudou tudo fragmentado, ele tenta resgatar esse princípio, tenta ter uma visão integrativa do sujeito. Então aí acontece, hoje têm naturólogos e nessa visão naturopática que gostaria de falar a todos. Explicou que naturólogo estuda a visão da medicina convencional, mas também estuda medicina chinesa, ayurveda e, é desses profissionais que estudam essas medicinas que vão abordar hoje, mas por que, porque eles falam de humanização de saúde, por exemplo, em seu consultório, quando a pessoa chega pergunta: como você se sente, mas hoje é difícil perguntar uma questão dessas porque é uma questão multidimensional, complexa, porque falam não só desse elefante físico, mas falam de saúde mental, falam de emoção, de social, ambiental e até mesmo espiritual ou acham que depressão é uma questão fisiológica simplesmente; não envolve espiritual às vezes, pode envolver. Através do slide, disse que têm esparsas disciplinas, como todos podem ver têm profissionais das práticas integrativas que são médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, naturólogos, enfim de diversas áreas. A proposta é diminuir essa medicação, justamente por ter essa noção integral do elefante, por exemplo, que facilita para ir à origem, pois não adianta tratar a dor de cabeça do indivíduo só pensando na cabeça, pode ser que o problema esteja no pé. Então se consegue resolver o problema no pé e consegue sanar a dor de cabeça do indivíduo, ele não precisa mais retornar ao seu consultório. Portanto, isso é bom para o SUS, isso é solução já que diminui a demanda. Antes que pense que é fácil adquirir essa visão têm um curso de formação muito extenso, por exemplo, em naturopatia o curso de graduação é mais de quatro mil horas; em musicoterapia o curso de graduação é mais de três mil horas; em osteopatia o curso de graduação é mais de mil e quinhentas horas; em ioga o curso de graduação é mais de mil horas. Biodança parece uma coisa simples, mas são mais de três anos de formação, mais de mil horas, portanto esses são os exemplos para terem uma idéia. Informou que irá falar de uma nova cultura de saúde, ou seja, falar da ampliação da política nacional de práticas integrativas e complementares, pois desde 2006 tiveram a acupuntura, a homeopatia, a fitoterapia, antroposofia e termalismo inclusas no SUS, mas inclusas como técnicas que os profissionais já estavam se utilizando no SUS. Entretanto, em 2017 fizeram uma pressão porque perceberam que tinham outros profissionais atuando com as práticas integrativas no SUS e, por isso, foram inclusas a arteterapia, a ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexologia, reiki, shantala, terapia comunitária integrativa e ioga. Esclareceu que em 2018 foram inclusas mais dez práticas integrativas, entre elas, apiterapia, aromaterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, geoterapia, hipnoterapia, imposição de mãos, ozonioterapia e terapia de florais, tudo com a proposta que havia passado, anteriormente a todos. Através do slide, disse que a ampliação de 2018 foi feita, justamente, no congresso que tiveram e que foi realizado no Município do Rio de Janeiro porque foi o Primeiro Congresso Internacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde que reuniu

mais de vinte e sete Ministérios de Saúde, inclusive tiveram as presenças da Ministra de Saúde de Curação; o Ministro Ricardo Barros; Deputado Federal Giovani Cherini; Senhor Joaquim Molina que é da Organização Panamericana de Saúde; a doutora Cristina Barros que é gerente do Município do Rio de Janeiro; doutor Sohaku Bastos que representou a Federação de Acupuntura; Senhor Gian que representou a Sociedade de Acupuntura; Naturóloga mestre Luisa Losso, além, da presença dos Coordenadores Nacionais da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, porque hoje têm seis coordenadores. Prosseguindo com o slide mostrou alguns trabalhos acadêmicos da Rede PICS/RJ. Já que falou de trabalhos científicos irá falar de relevância, por exemplo, o Conselho Federal de Medicina ao mesmo tempo do Congresso publicou uma nota reconhecendo homeopatia e acupuntura e isso foi legal porque realmente os médicos trabalham mais com essas duas práticas integrativas. Entretanto, eles se precipitaram um pouco talvez por desconhecer as revistas acadêmicas que a Rede PICS/RJ tem, porque colocaram que a homeopatia e acupuntura são as práticas que a Rede PICS/RJ mas tem comprovações científicas e isso foi um pouco precipitado porque não são, porque têm mais pesquisas científicas de plantas medicinais, ioga e meditação e para todos terem uma idéia os profissionais da Rede PICS/RJ têm indexado na Bireme que é uma plataforma virtual de saúde, os cadernos de naturologia e terapias complementares, um caderno de antroposofia que é a arte médica ampliada; e ainda não indexado, mas a caminho para ser a revista brasileira de musicoterapia, também de arteterapia, enfim há outras revistas para que todos tomem conhecimento. Prosseguindo com o slide, disse que tem a rede das Américas, rede da América Latina de medicina tradicional e complementar integrativa pela OPAS (Organização Pan-americana de Saúde) e pela OMS (Organização Mundial da Saúde) porque sentaram para conversar com eles e formar essa biblioteca virtual de saúde voltada, exclusivamente, para essas medicinas. Falou sobre a rede, também, nas universidades, porque têm, por exemplo, escolas se conversando coisas que nunca antes na história tinha acontecido porque cada vez estão tão especializados que acabam se conversando cada vez menos entre as escolas, mas como as práticas integrativas viraram um bem comum as escolas de medicina, enfermagem e nutrição estão para criar o laboratório de práticas integrativas onde vão trabalhar juntos porque já realizam ações em práticas integrativas no setor da nutrição de práticas integrativas, conforme mostrado no slide. Então só na enfermagem, há mais de quinze anos funciona o programa Procriar que é um programa de extensão, uma oficina de saberes e práticas descritivas em saúde, onde é desenvolvido, por exemplo, uma prática integrativa chamada meditação. Informou que a Rede PICS/RJ tem uma parceria com o Lipasf, que é um laboratório da Atenção Primária de Saúde com o Procriar e o Mente Aberta da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), porque eles criaram um método com a UERJ; é uma das parcerias que eles têm. Na UFRJ também a Rede PICS/RJ têm muitos setores que estão se conversando, inclusive de locais diferentes, por exemplo, na praia vermelha têm o Instituto de Psicologia e o Instituto de Psiquiatria conversando com o Fundão; no Centro de Ciências da Saúde que é o lugar onde viu que mais tem atuação das práticas integrativas junto com a Maternidade Escola de Laranjeiras, mas também tem no Centro e em outros locais. Tem bastantes participantes de escolas de farmácia, medicina, educação física e psicologia, participantes de mostras em práticas integrativas onde os professores se encontram e mostram seus projetos de pesquisa; os alunos conversam e onde também se encontram técnicos administrativos; pessoas responsáveis sobre assistência em saúde e através de um slide mostrou o espaço de cuidados de práticas integrativas que costumam desenvolver, especificamente. Então esse slide mostra as pessoas dentro do Congresso Internacional de Práticas Integrativas realizado em março de 2018. Informou que tem uma circular de naturologia e tem atividades pós-congresso como atividade de biodança. A **palestrante e conselheira Ananda Gonzalez** convidou todos a vestirem junto com eles esta camisa, em seguida, mostrou a logomarca que foi feita pela Rede PICS/RJ. Informou que passará a palavra para a Cristina Barros e para Gabriela Franco que é uma das pesquisadoras da Fiocruz e trabalha no IOC (Instituto Oswaldo Cruz). A **pesquisadora Gabriela Franco** cumprimentou a todos. Disse que é um prazer estar presente com todos, pois como usuária do SUS está se sentindo orgulhosa de ver tantas mulheres guerreiras e que, por isso, está bem representada pelo Conselho Municipal de Saúde como também pelos conselheiros homens presentes. Ressaltou que é um prazer está no neste Colegiado porque está gostando muito do que está ouvindo. Informou que é Assistente Social e tecnologista em saúde pública da Fiocruz e

foi convidada para estar falando um pouco das práticas integrativas e complementares em saúde que estão implantando na Fiocruz. Esclareceu que antes dirá qual é o sentimento que têm em relação às PICS que é assim que chamam, porque não existe nada de novo nas PICS, pois na verdade o que estão fazendo é um grande resgate daquilo que ficou muito perdido ao longo do tempo, dos saberes populares, da promoção de saúde de longa data em que os nossos avós faziam aquele remedinho caseiro; aquela palavra; aquela dança que se fazia em uma comunidade; o folclore regional. Na verdade, ninguém está trazendo nada de novo e sim tentando resgatar. Esclareceu que isso não é uma escolha, pois tem visto na Fiocruz que isso não é uma questão de escolha porque isso tem sido uma grande necessidade dada à condição de saúde mental que todos se encontram porque falam dos profissionais de saúde mas não são só eles e sim todos. A vida, a cada dia, se reduzindo apenas em assunto de violência e com isso vai trazendo um estado de desânimo, uma alta taxa de depressão. Informou que no ano passado houve dois grandes movimentos, dentro da Fiocruz do qual falaram da questão do suicídio e da epidemia das drogas psiquiátricas. Na verdade as PICS não vieram substituir nada e sim colocar cada coisa em seu devido lugar porque se nós promovêssemos a nossa saúde desde pequenos nós não estaríamos utilizando tantos medicamentos como estamos. Não temos necessidade de dormir por conta de remédio, se soubermos a hora e o momento de dormir e os hábitos saudáveis, pois na verdade as PIC's trazem tudo isso. Disse que fala com certa propriedade porque é praticante de ioga desde os seus dezoito anos e, experimenta isso em si mesma por ser também instrutora de ioga. Quando falam das práticas integrativas estão falando de tudo, vão falar do bom sono; vão falar da forma como respiram porque a respiração tem muito a ver com o adoecimento; a alimentação como e em que lugar a gente se alimenta; a saúde da coluna. Ressaltou que tem uma fala muito interessante de um mestre iogue da Índia porque muitas coisas a Índia se apropria como os grandes ensinamentos da ayurveda e a filosofia da ioga que veio da Índia. Esse mestre fala o seguinte: em um corpo energizado não há germe que ataque. Informou que todos estão vivendo um momento de grandes ataques de viroses, bactérias, não há medicação para bactérias ultraressistentes, pois é preciso cuidar cada um da imunidade e nada melhor que cuidar da imunidade, cuidando cada um da saúde mental. Sobre as doenças, existem várias publicações dizendo que a origem das doenças tem a ver com o mental de cada um e isso é uma questão muito séria que não afeta só aqueles que não têm condições, muito pelo contrário porque muitas pessoas com bom poder aquisitivo tem adoecido. Isso é um grande chamado e as PIC's são um grande movimento porque é um movimento, uma ampliação de uma consciência para uma nova postura diante da vida. Então na Fiocruz também estão com essa preocupação, inclusive fez um recorte daquilo que lhe cabe porque é tecnologista em saúde pública na área de saúde do trabalhador. Disse que a Fiocruz é extremamente complexa, pois tem várias unidades e conta com quase dez mil colaboradores e que faz parte de uma das unidades que é o Instituto Oswaldo Cruz que tem cento e dezoito anos. Informou que foi o primeiro Instituto onde o Sanitarista Oswaldo Cruz começou porque é um instituto de pesquisa, de ensino e têm dois ambulatórios muito importantes a saber: o ambulatório de hepatites virais e o ambulatório de hanseníase, além de diversos centros de referências em malária, influenza, malacologia, dengue, HIV entre outros. Esclareceu que a base do programa da qual faz parte e coordena junto com outras pessoas é um programa de promoção da saúde cuja base são as PIC's porque as PIC's foi escolhida por conta desse novo olhar que precisava ser revisto nessa nova postura diante da vida de não só levar a cura para a medicação. Informou que a medicação não cura ninguém porque a origem da doença "o buraco é muito mais embaixo". Disse que uma das grandes justificativas era com relação aos trabalhadores porque o adoecimento mental é a segunda causa de afastamento dos trabalhadores. Informou que o programa está alinhado a tudo que eles têm visto, a começar pela Organização Mundial da Saúde que há muito tempo já vem discutindo isso porque lá fora isso já tem sido discutido na agenda 2030 da ONU que reza sobre o desenvolvimento mais sustentável, uma vida mais sadia. A própria Portaria da política nacional de práticas integrativas, também dentro da Fiocruz existe um programa chamado Fiocruz Saudável e no Instituto Oswaldo Cruz tem o programa "Gestão perto de você". Perguntou qual é a metodologia do trabalho que estão utilizando atualmente. Respondendo, disse que é um trabalho bem recente que começou há três anos atrás com um pequeno grupo de meditação porque sentiram a necessidade de acolher aquelas pessoas, aquelas demandas muito reprimidas e utilizam uma linha de cuidado que significa linha de cuidado

de mão dupla que significa o que perguntou. Respondendo, disse que investem em capacitação, investe em tudo que possa fazer o trabalhador ser um grande multiplicador. Ressaltou que vai passar a ilustrar algumas coisas que estão fazendo porque só tem três minutos para falar e tem a meditação; ofertam um laboratório de reiki semanal e com horários fixos, inclusive tem uma pesquisa nesse ambulatório e têm aplicado um instrumento chamado CRP 20 que é um instrumento de sofrimento psíquico que são aqueles sofrimentos transitórios e que têm visto bons resultados, pois em um mês de reiki observam que a pessoa sai desse risco de sofrimento. Informou que tem um estudo no laboratório de hepatite muito interessante porque a hepatite não tem cura entre aspas, não tem remédio que cure a hepatite, mas existe a redução da carga. Nesse momento, sua fala foi interrompida pelo **conselheiro Carlos Varaldo** dizendo que a hepatite C tem cura. A Mesa informou ao conselheiro que ele poderia falar mais tarde. Prosseguindo, a **pesquisadora Gabriela Franco** disse que tem algumas medicações que estão sendo utilizadas em alguns pacientes mas a princípio. Novamente, sua fala foi interrompida abruptamente interrompida pelo **conselheiro Carlos Varaldo** que pedindo, por favor, perguntou quais são os pacientes porque a pesquisadora precisa estar atualizada. A **pesquisadora Gabriela Franco** respondeu que está atualizada já que trabalha na Fiocruz. Dando continuidade, disse que existe um estudo piloto que vem desenvolvendo com indivíduos com ou sem hepatite, com queixas de dor, fadiga e com gestantes e idosos com chikungunya e estão tendo resultados ótimos com reiki, auriculoterapia, acupuntura, ioga. Através do slide disse que têm tido muitos bons resultados, também tem a terapia comunitária, um canal onde as pessoas podem se colocar e falar e que é preciso abrir os canais: Auriculoterapia, a própria ioga. Para concluir, disse que têm tido resultados muito significativos e que além disso há um espírito de solidariedade uns com outros, uma melhor ambiência, um ambiente mais harmônico para se trabalhar, para se viver. Afirmou que a saúde não é só a questão de ver a sua saúde, porque também tem que colaborar com a saúde do outro porque a ambiência depende disso como: resultados com pacientes de hepatites; redução de sintomas como dores, ansiedade. Disse que o grande desafio é a mudança de paradigma e de todos reconhecerem que ninguém está querendo substituir nada com nada já que a medicina tem seu lugar mas as práticas integrativas têm que acontecer porque é a forma que têm de promover saúde de forma efetiva, que de fato tenha uma resolução, que possam ter uma longevidade sadia, pois o que adianta chegar ao envelhecimento tomando inúmeros remédios, porque se não for feito alguma coisa é assim que todos ficarão. Finalizando, agradeceu o momento e pediu desculpas ao doutor caso tenha falado alguma coisa equivocadamente, depois cumprimentou, novamente, a todos. Aplausos. A **palestrante e conselheira Ananda Gonzalez** informou que não houve tempo para a gestora do Município do Rio de Janeiro estar abordando o assunto das práticas integrativas porque ela trouxe todo o levantamento e que irá deixar para posterior mas esses slides poderão ser disponibilizados, tanto por e-mail para todos os conselheiros municipais, como também podem deixar no computador do Conselho Municipal de Saúde. Finalizando, agradeceu. Aplausos. O **conselheiro Marinaldo Silva** perguntou se terá comentários. O **Secretário Executivo David Lima** respondeu que, infelizmente, ficará para outra ocasião. A **Presidenta Fátima Lopes** começou anotar os nomes dos que queriam se inscrever, depois informou que esse ponto de pauta vai continuar na próxima reunião. Perguntou se pode fazer esse fechamento com as perguntas porque o tempo está esgotando. O **conselheiro Marinaldo Silva** disse que na próxima reunião não vai estar mais presente como conselheiro. Nesse momento, surgiu um "burburinho" no auditório. O **Secretário Executivo David Lima** disse que esse ponto entrou nos trinta minutos da Comissão de Educação Permanente e que irão colocar como ponto de pauta e ter tempo necessário para discutir mas é claro que entenderam que seria um dia festivo das práticas integrativas e não poderiam deixar passar. Disse para colocar nos trinta minutos e que na próxima reunião do Colegiado irão pautar com todo o tempo que merece para que possam discutir de forma tranquila esse ponto que é muito importante para todos. Dando continuidade, o **conselheiro Jaciano Santiago** passou ao item "Apresentação da Empresa Pública RioSaúde" com o **Dr. Ronald Munk**, que, com a palavra cumprimentou a todos, agradeceu e disse ter sido uma honra muito grande ter recebido o convite para falar no Conselho Municipal de Saúde da Cidade do Rio de Janeiro para aqueles que representam um dos importantes pilares do SUS. Disse que os conselheiros são o controle do serviço prestado aos cidadãos e que já conhecia alguns conselheiros como o Senhor Ludugério Silva e outros mais e que seria

ótimo poder conhecer os demais e estreitar um pouco o laço que os une muito na difícil missão de prestar um serviço de saúde digno da população. Falou que, desde que a RioSaúde iniciou a gestão de Unidades, quando assumiu o CER Barra em 2014 e que tem tido encontros regulares com os Conselhos Distritais de todas as Áreas Programáticas onde haja Unidades geridas pela RioSaúde para conversas abertas e francas objetivando o aprimoramento dos serviços oferecidos, focados sempre no cidadão, no paciente. Nessas conversas com os conselheiros, demonstram como vai a Unidade, os indicadores das Unidades, ouvem atentamente dos conselheiros e conselheiras, a percepção da população que atendem e, então, juntos traçam ações de melhorias e também pedem aos conselheiros que passem informações importantes à população. Enfim, sempre procuram ter um primeiro encontro com os conselhos de saúde para o estreitamento dos laços, mesmo antes de iniciar a gestão de uma Unidade e que assim foi recentemente no Hospital Municipal Rocha Faria, pois, para a RioSaúde, o Conselho Distrital de Saúde é um grande parceiro. Esclareceu que, atualmente, a RioSaúde atende a mais de oitenta mil pessoas por mês nas Unidades de emergência que administra, quais sejam: a primeira foi o CER da Barra, depois a UPA Porte 3 de Senador Camará, a UPA Porte 3 de Rocha Miranda, a UPA Porte 3 da Cidade de Deus e há três meses assumiram o complexo Hospitalar do Rocha Faria. Que a RioSaúde não é uma Organização Social nem faz parte da Administração Direta e que sempre faz um paralelo, por exemplo: a Comlurb, empresa pública está para a limpeza pública e outras coisas assim como a RioSaúde está para a saúde pública, sendo um modelo novo no SUS. Disse que não existe em nenhum outro município do Brasil, uma empresa pública de saúde funcionando como a RioSaúde; que a RioSaúde foi criada por Lei aprovada na Câmara dos Vereadores em 2013 e que estava a frente dela desde a sua criação; que começaram com um grupo de 10 pessoas, exatamente aqui, onde estavam naquele momento; que começaram no “porão” do CASS, em uma das salas ao lado e que, na realidade, era uma empresa que começou numa garagem; que conhecem outras tantas empresas que começaram numa garagem e uma delas foi a Apple. A outra empresa que começou numa garagem foi a Microsoft e que a RioSaúde, também, começou aqui, neste local, numa garagem do CASS. Esclareceu, ainda, que a RioSaúde segue todos os ritos governamentais para a compra de insumos e contratação de serviços; que a RioSaúde passa por todos os trâmites e todas as necessidades de transparências que as empresas do governo precisam passar; que são controlados pela Controladoria Geral do Município e pelo Tribunal de Contas do Município. São controlados e avaliados pelos vereadores e pelos Conselhos Distritais de Saúde. No que tange a RH, a RioSaúde recruta os seus colaboradores através de concurso público da mesma forma que a Administração Direta. Porém, esses colaboradores são contratados pelo regime da CLT, conforme as Organizações Sociais fazem. Ressaltou que era importante lembrar que nesse momento os concursos estão suspensos por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme o Prefeito havia comentado antes. A RioSaúde, empresa pública de Saúde, é um misto de questões de gestão da Administração Direta e da iniciativa privada das Organizações Sociais e que têm um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal que supervisionam a ação da empresa. A RioSaúde tem uma Assembléia Geral de Acionista composta por somente um acionista no caso a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro que detém 100% (cem por cento) das ações da empresa. Acrescentou que, em conversas diretamente com o Prefeito, viram que vivem um tempo difícil na saúde pública e que todos sabiam que estavam numa “sinuca de bico” no Rio de Janeiro. Reportou-se ao que o Prefeito havia falado anteriormente sobre a demanda no SUS que não pára de crescer, ocasionada, também, pelo desemprego. Afinal eram 500.000 (quinhentos mil) empregos de carteira assinada perdidos e essas pessoas todas migraram para o SUS, pessoas que não podem mais pagar plano de saúde complementar. O envelhecimento rápido da população brasileira aumentou a demanda; os problemas na oferta de serviço de saúde na área federal e estadual acabaram sobrecarregando os serviços municipais. Disse que, nos últimos anos, houve uma expansão muito grande dos serviços, principalmente na saúde primária com oferta de Clínicas de Saúde da Família no município, o que era excelente e necessário, mas pela rapidez como foi feito, trouxe consequências tanto do ponto de vista operacional de gestão como, também, do acultamento da população. Têm, também, a questão da exigência da população em relação aos serviços prestados, pois, hoje em dia, quantas vezes ouvem cidadãos que falam que não foram bem atendidos nas Unidades de Saúde porque não fizeram exame de sangue, não fizeram raio X, nem uma tomografia. Disse que

existe essa percepção da população que pode significar às vezes um problema de expectativa em relação ao serviço prestado. Enfim, há uma série de questões que torna a tarefa muito difícil. Uma última questão que achava importante é a questão dos custos. Disse que os custos dos serviços de saúde no Brasil crescem de 4 (quatro) a 5 (cinco) vezes mais rápido do que a inflação em relação ao resto da economia e que, ao mesmo tempo, têm uma crise financeira no país que, em termos de gravidade e durabilidade nunca foi vista antes. Perguntou o quê fazer quando há uma demanda crescente, uma expectativa crescente e ao mesmo tempo menos recursos. Falou que essa combinação gera um impacto muito negativo na população e que os conselheiros de saúde, certamente, sentiam isso no dia a dia, pois, obviamente, as reclamações aumentaram e a pressão sobre eles e a Secretaria de Saúde também. Sendo assim, disse que a pergunta fundamental era: como vão conseguir oferecer serviços de saúde com qualidade para mais pessoas e ao mesmo tempo com menos recursos. Contou que, antes de iniciar o seu trabalho na Prefeitura, em meados de 2013, trabalhou durante 30 anos como sócio diretor de uma empresa de consultoria internacional e que a tarefa dele era andar pelo mundo afora fazendo com que as empresas trabalhassem para terem melhores resultados. Que sua experiência era em gestão, mas nunca tinha trabalhado muito em área de saúde e, muito menos tinha feito parte de um governo. Quando recebeu a missão de estruturar a RioSaúde teve uma sorte muito grande porque era uma empresa que começava do zero, não carregava nenhuma bagagem, não tinha uma cultura enraizada, não tinha formas de fazer irrealizáveis ou que às vezes seria muito difícil de mudar. Relatou que aquele grupo inicial de 10 pessoas se reuniu na “garagem” do prédio e começou a estudar o que existia de mais atualizado em termos de gestão em saúde e o que se estava fazendo de diferente no mundo para vencer os desafios que se apresentavam e se apresentam, também, em outras partes. Defendeu que procuravam fazer uma coisa diferente porque acreditava que se não o fizessem, nada de diferente iria acontecer; que se fizessem as coisas da mesma forma como vêm sendo feitas não conseguiriam resultados diferentes e que precisam de resultados diferentes, pois a situação é muito complicada. Disse que quando perguntava qual era a solução para o problema, repetitivamente ouvia que precisavam de mais dinheiro, de mais profissionais, mais enfermeiros, mais técnicos, mais médicos, mais administrativos. Entendia que, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, não conseguiriam, mesmo, tudo isso. Então, desenvolveram e implantaram na RioSaúde um modelo de gestão com resultados muito bons. Explicou que a equipe da RioSaúde conta com um misto de 30% (trinta por cento) de pessoas que vieram do mercado com experiência na iniciativa privada e, mais 70% (setenta por cento) de pessoas da casa (Prefeitura). Estudaram experiências inovadoras em gestão, adaptando essas experiências à realidade da Saúde e uma das experiências técnicas que usam na RioSaúde, na realidade, é um método desenvolvido no pós guerra no Japão e na indústria automotiva, mais precisamente na Toyota. Dirigindo-se aos presentes disse que eles estariam se perguntando o que tem haver a fabricação de automóveis com a Saúde. O **Dr. Ronald Munk** explicou que era a engrenagem; a forma de fazer era perfeitamente adaptável à Saúde e que isso já estava sendo utilizado em outros países e, agora, também, no Brasil em hospitais e clínicas de saúde. Essa metodologia se chama em inglês “Metodologia Lean” que traduzida para o português é “Método Enxuto” e a filosofia básica do “Lean” é analisar detalhadamente tudo o que se faz; no caso da Saúde, tudo o que é feito em uma Unidade de Saúde com o objetivo preciso de focar e eliminar todas as atividades que não servem ao propósito maior de atender o paciente. O “Lean” também procura facilitar o trabalho do profissional e organizar o local onde trabalha. Esses procedimentos são soluções simples, facilmente implementadas, muito importantes e não necessitam de grandes investimentos, até porque, como tinha falado antes, não havia recursos. A seguir, deu o exemplo de um processo que havia analisado e aplicam nas Unidades que gerenciam. O processo de classificação de risco, que é o primeiro grande processo assistencial em uma Unidade de emergência, onde se determina o grau de urgência no atendimento dos pacientes. Disse que a classificação de risco nas Unidades que gerenciam demorava de 8 a 12 minutos, tempo compatível com as outras Unidades que haviam pesquisado. Com essa demora, o paciente ficava irritado, não gostava do serviço porque perdia muito tempo esperando por uma classificação de risco que dependia muito da experiência pessoal de um enfermeiro ou de uma enfermeira. Os médicos reclamavam muito quando a classificação de risco era feita de maneira errada, pois tinham o trabalho e o paciente tinha que voltar para a classificação e depois retornava para o médico. Isso gerava mais tempo de espera e mais insatisfação.

Com esses dados, diagnosticaram o problema e começaram a analisar o que não agregava valor ao paciente nesse processo. Então, mudaram o processo, mudaram a forma como os pacientes esperavam a classificação de risco e mudaram, também, a tecnologia utilizada para fazer a classificação. Disse que falava só de um pedacinho de todo o processo de atendimento, mas o processo demorava de 8 a 12 minutos. Agora, levava de dois a três minutos por paciente e que se fizéssemos uma conta rápida com os pacientes que atendiam hoje, seriam mil e quinhentas horas por Unidade ou sete mil e quinhentas horas nas cinco Unidades que gerenciavam. Então, eliminaram sete mil e quinhentas horas não produtivas e que não agregavam nenhum valor ao paciente. Com isso, conseguiram reduzir muito o tempo de espera, aumentaram a qualidade, aumentaram muito a segurança da enfermagem que faz a classificação de risco e os médicos estão mais satisfeitos e, principalmente, conseguiram dar um serviço melhor para o paciente, tanto em termos de espera como em termos de qualidade de serviços. Sendo assim, testaram isso em uma das Unidades e obtiveram resultados muito positivos, padronizaram esse processo para ser utilizado em todas as Unidades da RioSaúde. Informou que a padronização é muito importante para o "Lean". Após essas informações e esclarecimentos, o **Dr. Ronald Munk** deu início a "Apresentação da Empresa Pública RioSaúde". Ao fim da apresentação, foi aplaudido pelos presentes e a **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu e passou a anunciar as pessoas que tinham pedidos de esclarecimento a fazer. O primeiro a ter a palavra foi o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3, que dirigiu-se ao **Dr. Ronald Munk** dizendo que ele havia falado de vários pontos, mas que no seu entendimento os conselheiros tinham da RioSaúde várias questões a serem esclarecidas. A primeira dizia respeito ao orçamento, pois às despesas da RioSaúde não é registrada na Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) da qual os presidentes dos Conselhos Distritais fazem parte, até porque a RioSaúde não precisava prestar contas a essa Comissão como é o caso das Organizações Sociais. Com isso, o Conselho Municipal de Saúde fica sem acesso aos indicadores, aos gastos e demais informações. A seguir, mencionou a questão dos salários dos profissionais, técnicos, enfermeiros e médicos, pois sabiam que a RioSaúde pagava um salário muito inferior ao que as Organizações Sociais pagam. E, hoje, na área de Santa Cruz, Sepetiba e Paciência, a maior dificuldade que têm é lotar um médico naquela área, ainda que sejam médicos estatutários. Com isso, o serviço fica precário e o problema sem solução, pois sempre estão precisando de médicos. Com relação aos serviços oferecidos, disse que os usuários quando chegam a uma unidade de saúde querem um atendimento que possa diagnosticar o que, realmente eles têm. Que não era mais possível chegar a uma Unidade e serem diagnosticados como era antigamente. Se o usuário tinha uma inflamação, davam-lhe amoxicilina; se tinha uma dor, dipirona; se tinha uma dor de dente arrancavam-lhe o dente e assim resolviam o problema facilmente. Concluiu revelando que eram essas práticas que lhes causavam medo, medo de retroceder a isso e que tinham consciência de que saúde não é só número ou só dados. Que saúde é cura e a prevenção é o início de tudo o que precisavam para ter uma saúde de qualidade e de não precisarem tanto usar as emergências com questões básicas que poderiam ser resolvidas nas Unidades Básicas. Dando prosseguimento, o **Dr. Ronald Munk** para esclarecer falou que com relação a salários, a RioSaúde por ser uma empresa pública define os seus salários independentemente dos salários que são pagos na Administração Direta e quando definem os salários procuram balizar com os do mercado. Quanto à informação que o **conselheiro Geraldo Batista** trouxe de que as Organizações Sociais pagam muito mais, disse que precisaria de mais dados para verificar se isso era fato e poder responder ao conselheiro, mas acreditava que não deveria ser uma diferença muito expressiva porque tem conseguido lotar as Unidades que gerenciam com as equipes que precisam. E, se tivessem o salário muito defasado, talvez isso não fosse possível. Achava importante informar que a RioSaúde não atrasou nem um dia o salário de nenhum profissional desde que começaram a operar Unidades de Saúde, mas que, infelizmente, não era o que acontecia com algumas Organizações Sociais que prestavam serviço. Sobre a questão da lotação de profissionais na Zona Oeste falou que era muito importante dizer que fazem várias coisas para melhorar a qualidade do atendimento. Do ponto de vista assistencial, disse que têm processos que procuram dar uma uniformidade da qualidade aos profissionais e os profissionais têm várias experiências e vários graus de estudo. Uns sabem uma coisa a mais, o outro sabe outra coisa a mais. Então, quando se padroniza a forma de fazer, dá-se ao profissional mais segurança e, conseqüentemente, consegue-se dar mais

qualidade ao trabalho. Deu a conhecer que a RioSaúde tem hoje em todas as suas Unidades, treinamentos em manequins e robôs do padrão Einstein, padrão Sírio Libanês onde as pessoas exercitam para melhorar a qualidade assistencial. Também disse que achava muito importante deixar o paciente falar sobre como foi atendido, sobre o médico, sobre o tempo de espera, sobre a limpeza da Unidade através dos totens, através do 1746, das ouvidorias e de pesquisas qualitativas que fazem com os servidores proativamente afim de captarem onde precisam melhorar. No que diz respeito à Atenção Primária, disse que esse assunto tem haver com a Secretaria de Saúde. A seguir, a **Presidenta Fátima Lopes**, afim de administrar melhor o tempo, sugeriu que, como havia seis inscitos para falar, que fosse feita uma dinâmica de três em três e todos concordaram. Então, começou pela **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto**, que queria saber se a RioSaúde é uma empresa pública, que funciona em administração em saúde administrando Unidades. Após, apresentou-se o **Sr. Sérgio Castro** dizendo que era da Comissão Executiva do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 e se reportando ao que o **Dr. Ronald Munk** havia falado da "sinuca de bico", como ele tem uma visão quilométrica, um olho de águia, ele está indo bem e como você falou da gestão é muito gratificante. Como eu vi a sua vinda, a sua primeira palestra falando da Administração, o Rocha Faria falando da época que era e o que é hoje, eu venho acompanhando de perto. E, nós viemos aqui agradecer inclusive a nossa sala da AP 5.2, pois nós temos uma sala agora dentro da Unidade do hospital Rocha Faria; foi sugerida e com a sua autorização inclusive nós vamos marcar o dia da sua inauguração, talvez dia dezanove e contar com a sua presença lá. Agora com relação à gestão para as Organizações Sociais (O.S), eu gostaria que os Conselhos divulgassem essa primícia de que a gestão nas organizações sociais está muito carente na área do acolhimento e na gestão do Rocha Faria com a metodologia e esses 30%, se tiver lá na Atenção Primária esse acompanhamento, diminuiria muito a demanda na emergência porque nós estamos muito acostumados naquela Emergência da dor e na Atenção Primária pode ser resolvido. Por isso, precisamos mudar muito, inclusive tem a diretora da nova CAP que é uma gestão muito boa para aperfeiçoar, para capacitar melhor a Atenção Primária que vai nos ajudar não só esses 30%, entendeu Dr. Munk, pois vai aumentar isso para 50%. Após, a **conselheira Maria José dos Santos Peixoto**, com a palavra disse que era importante ouvir as colocações do **Dr. Ronald Munk**, até mesmo para conhecerem melhor a política da RioSaúde que ele (o Dr. Ronald Munk) apresenta a gestão de uma forma dinâmica mas que na ponta, os profissionais chegam com outras propostas, com outras colocações que não têm a mesma dinâmica e não são tão boas assim. Prosseguindo, informou que é do Sindicato dos Assistentes Sociais e que representa o segmento dos trabalhadores no Sistema Único de Saúde da Cidade, não somente do servidor público municipal, não somente das Organizações Sociais ou somente RioSaúde que representam todos os trabalhadores que trabalham no Sistema Único de Saúde, seja público, privado ou conveniado. Informou ainda que têm recebido, enquanto Sindicato dos Assistentes Sociais, algumas queixas de alguns profissionais e junto com essas vêm outras de não assistentes sociais. Fazendo referência à resposta que o **Dr. Ronald Munk** prestou ao **conselheiro Geraldo Batista** no que diz respeito aos salários dos trabalhadores, disse que entendeu da seguinte forma: existindo uma oferta com uma procura muita grande, faz-se uma pesquisa e "paga-se o salário que a RioSaúde acha que deve pagar ou que pode pagar". Diante disso, falou que gostaria de registrar que os trabalhadores das categorias, não só de nível superior mas de outras categorias, também, que têm os seus salários definidos por Lei Estadual. Por isso, percebem que a RioSaúde paga salários com valores abaixo do piso salarial definido por Lei. Acrescentou no seu entendimento que eles (os conselheiros), enquanto conselheiros, enquanto entidades sindicais, enquanto sociedade, não poderiam ir com muita sede ao pote achando que têm razão e o outro não é que a vinda do **Dr. Ronald Munk** àquela Plenária era importante no propósito de fazer um leque de conversas para chegarem a alguma definição. Dirigindo-se ao **Dr. Ronald Munk** disse que ele havia deixado claro que pagava abaixo do teto, que pagava o que achava que deveria pagar dentro de uma dinâmica que considerava viável. Então, queria que fosse registrado em ata se os salários pagos caso estivessem abaixo do piso, que fossem revistos os pisos das categorias profissionais na RioSaúde e falava de RioSaúde porque aqui estavam trabalhando com a RioSaúde, mas poderia ser com qualquer outra empresa ou instituição, embora não estivesse afirmando nada se é que está abaixo do piso salarial e que seja revisto. Por fim, disse que mesmo com a reforma sindical, existem nuances, particularidades que em uma

discussão maior no Ministério do Trabalho, conseguem ganhar alguma coisa e não acredita que a Reforma Trabalhista venha para aniquilar os trabalhadores brasileiros e que disso não tem a menor dúvida mas que encontram formas e formas de formular, de fazer e convencer o Poder Judiciário do Ministério do Trabalho a rever e definir regras que estão constituídas em lei própria como no caso do assistente social, do psicólogo, do nutricionista, do enfermeiro, dos técnicos de enfermagem e de outras categorias. A seguir, o **Dr. Ronald Munk** respondendo a primeira pergunta disse que reforçava o que tinha dito na primeira palestra. Que são cinco as Unidades de Emergência que a RioSaúde administra com uma média de 80.000 (oitenta mil) pacientes/mês. Sobre o que o **Sr. Sérgio Castro** falou, lhe agradeceu os elogios e disse achar importantíssimo o acompanhamento que os conselheiros faziam no sentido de elogiar ou de puxar a orelha e que de bom grado aceitava alojar o Conselho Distrital da AP 5.2 dentro do hospital a fim de os ajudar a melhorar cada vez mais. Acrescentou que estava convencido de que, hoje, o Hospital Rocha Faria é um outro hospital depois de três meses de gestão da RioSaúde; embora ainda tenham muita coisa para melhorar mas que trabalham arduamente e com muita intensidade para impulsionarem mudanças no Rocha Faria para que possam atender cada vez melhor a população e já atendem quase 20.000 (vinte mil) pessoas/mês, o que os deixam muito satisfeitos e motivados com a parceria do Conselho Distrital. Em relação à Atenção Primária, disse que ela cresceu muito rapidamente nos últimos três, quatro anos no Município e que toda organização demora um tempo para maturar, para aculturar as pessoas. Que tranquilamente dizia que quarenta por cento dos atendimentos que fazem nas Unidades de Emergência que administram são feitos para pacientes que deveriam ser atendidos na Atenção Primária e que isso acontecia porque se tratava de um Sistema que está começando a funcionar e daqui a quatro, cinco ou seis anos irá ser diferente. O **Dr. Ronald Munk** seguiu dizendo que quanto à pergunta de cunho salarial, o Presidente da RioSaúde tem como prática conversar diretamente com todos os funcionários, no mínimo, de três em três meses. Então, ele (o presidente) de três em três meses vai às Unidades pessoalmente e, só ele, sozinho, sem mais ninguém abre a porta de uma sala e conversa com todos os funcionários e também com funcionários de empresas terceirizadas para ouvir, conversar e saber diretamente o que está acontecendo. E mais do que isso publica na internet, no site da RioSaúde todas as perguntas feitas e todas as respostas. Que ainda comprometem-se a responder a todas as indagações em dois meses. Afirmou não conhecer nenhuma empresa pública no Brasil que faça isso. Disse que agora é a vez de visitar o Hospital Rocha Faria e não sabe como fazê-lo porque lá tem cerca de mil funcionários. No que diz respeito ao piso salarial, informou à conselheira que ela estava coberta de razão. Disse que a RioSaúde, hoje (à época da reunião), algumas categorias paga-se abaixo do piso e não é porque querem e sim porque têm um acordo sindical assinado pelo presidente da RioSaúde, pelo presidente do Sindicato, pela Procuradora do Município que cuida das ações trabalhistas e que não foi autorizado, ainda, pelo Prefeito. Informou entender que talvez fosse por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, porém só o Prefeito poderia explicar melhor o fato de não dar aumento para nenhum funcionário da Prefeitura no ano passado. Reafirmou que a conselheira tinha razão e que estavam abaixo do piso; que fizeram o pleito e se o reajuste anual de 2016 para ser pago de 2017, que devido aos seus colaboradores fosse acertado, a RioSaúde estaria dentro do piso de todas as categorias. Acrescentou que nas reuniões que faz com os seus colaboradores, eles sempre perguntam e reivindicam isso e concorda que têm toda a razão em fazê-lo e, que era óbvio ter que se pagar o piso, porém a RioSaúde é um ente da Prefeitura, é uma empresa pública, o acionista é o Prefeito. Para a RioSaúde dar qualquer aumento, tem que ter autorização dos Órgãos competentes e não têm essa autorização até hoje. Informou ainda que tanto eles quanto às outras empresas públicas, assim como os funcionários da Administração Direta também não receberam o aumento. Com isso, sabia que essa não era a resposta que a conselheira gostaria de ouvir, mas que era a realidade do que está acontecendo. Finalizou dizendo que se a conselheira fosse olhar no site da RioSaúde, no Programa “Fale com o Presidente” veria que inúmeras vezes as perguntas foram feitas e ele (o Dr. Ronald Munk) respondeu claramente e, mais ainda, mostrou para os colaboradores os documentos dos encaminhamentos que fizeram para que isso fosse resolvido, porém não receberam até aquele dia da reunião a permissão para fazê-lo. Em seguida, a **conselheira Elizabeth Guastini**, com a palavra, disse que é do segmento dos profissionais de saúde, presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Rio de Janeiro e que teve a oportunidade de trabalhar na classificação de risco há alguns anos

atrás no Hospital Lourenço Jorge. Na época em que trabalhou no Lourenço Jorge, em 12 (doze) horas de serviço, ela e outra enfermeira classificavam 350 (trezentas e cinquenta) pessoas e se fôssemos fazer o cálculo para 24 (vinte e quatro) horas, daria uma base de 700 (setecentas) pessoas. Disse achar importante terem um sistema de saúde adequado para assistir a população e que ela mesma era usuária do CER da Barra e que recentemente já na gestão da RioSaúde, esteve lá com a filha que foi classificada como verde e acabou por ficar 5 (cinco) horas sentada esperando o verde entrar porque o amarelo passava na frente. Sobre o que o **Dr. Ronald Munk** falou de que manteve o quantitativo de pessoal que recebeu e conseguiu com esse quantitativo e dobrar o número de atendimentos, informou que o profissional de saúde tem que ter saúde, tem que ter qualidade de serviço; que viu o quantitativo que o CER da Barra tem e sabe que têm que ter tempo de atendimento; que têm de acelerar, cumprir, organizar e atender as pessoas, classificando-as naquele período, mas que muito a preocupa saber em que condições esses atendimentos são feitos para que se consiga com o mesmo quantitativo dobrar o número de atendimentos. A respeito do acordo mencionado pelo **Dr. Ronald Munk**, feito entre a Prefeitura, a RioSaúde e o Sindicato, a conselheira perguntou que sindicato era esse que estava confundindo tudo. Disse que o Sindicato dos Enfermeiros representa todos os enfermeiros do Estado do Rio de Janeiro e ele (o sindicato) não foi chamado para esse acordo, não sentou à mesa com representantes da RioSaúde; que têm o Sindicato dos Técnicos de Enfermagem que é do Município do Rio de Janeiro, Sindicato dos Assistentes Sociais. Acrescentou que o “sindicatão” que está por aí não representa o profissional de saúde e que é por isso que o acordo não fecha e o profissional de saúde está prejudicado. No dia que foi ao CER da Barra havia reclamações relativas às perdas de uma série de ganhos e de benefícios que os profissionais tinham e lhes foram retirados. Perguntou quais são os profissionais de saúde que a RioSaúde contrata pela CLT e, também, quais são os outros tipos de contratos que a RioSaúde tem para esses profissionais. Perguntava isso porque sabia que existem salários diferenciados para categorias de profissionais de nível superior e porque se preocupava como a classificação dos pacientes estava sendo feita e o tempo que levava para o atendimento e que não adiantava botar uma televisão e, como aconteceu com a filha dela com febre, teve que esperar quase três horas na disciplina. Dando continuidade, a **conselheira Maria Angélica de Souza**, com a palavra, disse que é conselheira da AP 3.2 e coordenadora da CIST (Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador). Perguntou se dentro das estatísticas apresentadas qual o tempo de permanência dos usuários na Unidade; se são transferidos imediatamente, pois isso reduziria o tempo de permanência comparando-se com outras unidades hospitalares, pois em um hospital com urgência e emergência o tempo de permanência às vezes é indefinido. Também desejava saber quem participou dessa pesquisa de satisfação e do tempo de atendimento que foi apresentado e qual foi o público alvo para poder entender de onde foram tirados esses dados e o milagre apresentado, onde um menor número de profissionais faz um maior número de atendimentos com qualidade e sem perdas de nada. A seguir, a **conselheira Miriam Lopes de Souza**, representando o Sindicato dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, disse que queria deixar registrada em ata, a fala da cobrança dos sindicatos de que a RioSaúde paga os seus funcionários com salários abaixo do piso. Salientou que não importa se é da Prefeitura, se é da Câmara ou de empresas públicas, todos têm que respeitar o piso salarial das categorias profissionais estipuladas pelo governo do estado e se isso não for respeitado e ajustado, o Judiciário vai entrar em cena. Dirigindo-se ao **Dr. Ronald Munk** falou que o site da RioSaúde estava muito vazio; que existia uma autarquia em cujo site tinha acesso aos salários de cada trabalhador dela. Acrescentou que querem saber quanto os profissionais da RioSaúde ganham; quanto ganha o presidente, se os conselheiros ganham “jeton”, quanto ganham? Que o **Dr. Ronald Munk** tinha o direito de não responder, mas havia lançado a pergunta. Com relação aos vales alimentação, referindo-se especificamente aos profissionais que trabalham na RioSaúde que recebem vale alimentação e não aos profissionais contratados por ela, perguntou qual era o valor dos vales alimentação desses profissionais. Por fim, disse que em relação à visita às Unidades já foram em algumas e estavam fazendo o relatório porque existe muita demanda de reclamação de valorização ao profissional e a pergunta que a **conselheira Maria Angélica de Souza** havia feito foi crucial onde disse como se faz mais com menos. Isso lhe doía o coração, porque quando se dobra a quantidade de pacientes com o mesmo quantitativo profissional a qualidade da saúde do trabalhador vai para baixo. Em seguida, a

**Sra. Iolanda** que se apresentou como a segunda secretária da Associação dos CAPSi do Rio de Janeiro disse que queria saber como o **Dr. Ronald Munk** conseguia realizar essa melhoria no atendimento em termos de agilidade e tempo. Ainda, se será estendido para a Atenção Primária ou será apenas para as UPA's e hospitais porque a Atenção Primária, realmente está muito aquém do que os usuários necessitam. Concluiu dizendo que as UPA's e as Emergências dos hospitais estão sempre cheias porque os usuários não conseguem atendimento na Atenção Primária. Continuando, o **Dr. Ronald Munk** estava iniciando sua resposta aos questionamentos quando foi interrompido repentinamente pela **conselheira Miriam Lopes** dizendo que havia se esquecido de perguntar sobre IABAS versus Rocha Faria. Disse que o IABAS saiu e entrou a RioSaúde com a promessa do **Dr. Ronald Munk**, no Rocha Faria, de que todos os profissionais seriam aderidos e alguns não foram. O pagamento não foi feito pelo IABAS. Juridicamente quem responde pelos profissionais é a empresa que entra porque os fins são os mesmos. Então, saiu a OS e entrou a RioSaúde mas os profissionais são os mesmos e, estão fazendo o mesmo cuidado. O **conselheiro Jaciano Santiago**, com a palavra, disse que com relação às pendências com o IABAS já havia sido esclarecido que a RioSaúde não absorve o passivo do IABAS e que isso era uma questão entre a Secretaria de Saúde, a Prefeitura e o IABAS. Que não tem nada a haver com a RioSaúde. A seguir, o **Dr. Ronald Munk** disse que não podia falar sobre as dívidas existentes com o IABAS. **Membro do Colegiado que não se identificou** disse que para ela não tinha sido esclarecido nada. O **conselheiro Jaciano Santiago** respondeu ao membro do Colegiado que não se identificou que não havia dito que foi esclarecido, apenas, havia dito que não compete a RioSaúde; que o próprio sindicato esteve na semana anterior com a Secretaria e que podia dar a informação. Dando prosseguimento, o **Dr. Ronald Munk** disse em relação ao que a **conselheira Miriam Lopes** havia falado de ele (o Dr. Ronald Munk) teria dito no Rocha Faria de que todos os profissionais seriam aderidos, não era verdade que havia falado que todos seriam absorvidos. Disse que falou claramente aqui e que falou oito vezes igualzinho, porque achava importante assim que a RioSaúde trabalha com um determinado número de profissionais de uma forma diferente daquela que o IABAS trabalha, com processos diferentes. Dessa forma, poderá precisar mais ou menos dos profissionais de uma determinada categoria e que foi, exatamente, isso o que falou. A verdade é que da forma como a RioSaúde trabalha usando alguns critérios, pegaram para cada categoria profissional um número de profissionais e absorveram alguns profissionais que estavam no Rocha Faria para a grade da RioSaúde. Retomando a pergunta da **conselheira Elizabeth Guastini**, informou que a meta da RioSaúde para atender um paciente classificado como verde, com a Unidade em uma situação normal de atendimento é de 60 minutos; que medem mês a mês, paciente a paciente se ultrapassaram a meta. Analisam isso para tomar ações com o fim de chegarem mais perto da meta. Acrescentou que a conselheira haveria de convir que uma Unidade como o CER da Barra que foi planejada e que o convênio com a Secretaria Municipal de Saúde prevê um atendimento médio de trezentas e cinquenta pessoas/dia, quando se chega lá se observa que, muitas vezes, o atendimento chega até setecentas pessoas; é porta aberta, não controlam isso. Disse que as pessoas vão para lá porque têm melhor atendimento comparativo às Unidades, caso contrário, não iriam para lá. Pelo regulamento e pela conduta que a Secretaria pede para a RioSaúde fazer com setecentas pessoas em uma Unidade, o amarelo passa na frente do verde. É por isso que o verde fica esperando mais tempo do que a gente gostaria, simplesmente porque a Unidade fica superlotada. Sobre o piso salarial, achava que os conselheiros tinham toda a razão, que era claro que deveria se pagar o piso porque é Lei mas para poderem ativar a folha de pagamento precisam de autorizações internas da Prefeitura. E ainda não tinham essa autorização. Que a via judicial é uma via que está aberta para qualquer cidadão. Informou que o mais importante era que haviam provisionado todos os aumentos, o dinheiro estava provisionado para ser pago a qualquer momento. Que, como empresa responsável, faziam uma gestão com muita responsabilidade. Por isso, havia provisionado o reajuste de 2016 a ser pago em 2017, inclusive estava auditado pela Controladoria Geral do Município (CGM). No que diz respeito à questão da representatividade do sindicato comunicou que irão sentar e analisar isso; que o acordo com o sindicato está fechado. **Membro do Colegiado que não se identificou** perguntou ao **Dr. Ronald Munk** com qual sindicato foi feito esse acordo que estava fechado. O **Dr. Ronald Munk** continuou e disse que a questão era que eles (os conselheiros e os profissionais) não entendiam que esse sindicato representava os interesses deles (dos

profissionais). **Outro membro do Colegiado que também não se identificou**, disse que não eram só eles, era o próprio Ministério do Trabalho. Então, o **Dr. Ronald Munk** disse que teria que entender isso com mais profundidade porque no caso de prevalecer esse entendimento, teriam que fazer acordos com quinze categorias profissionais. Afirmou que se tiver que fazer, o fará, mas terá que analisar essa questão com o seu jurídico. Em relação à pergunta feita sobre a CLT, disse que todos os funcionários da RioSaúde são contratados pela CLT, com exceção de alguns cargos de confiança, como em toda organização. Mas todos os funcionários são celetistas; são celetistas concursados ou celetistas por tempo determinado e que nenhum funcionário teve perda de benefícios. O que houve é que, na RioSaúde, todos os funcionários são avaliados e ela (a RioSaúde) paga variável baseado na avaliação do desempenho e com os recursos mais escassos, não retiraram, mas aumentaram a barra porque não tinham dinheiro para pagar como pagavam. Disse que essas regras estavam claras e foram publicadas no Diário Oficial; que tudo estava transparente e que simplesmente executaram-nas dentro do que tinham disponível para dar de variável. Com relação ao tempo médio de permanência, disse que esse é outro indicador super importante; que ele (Dr. Ronald Munk) e sua equipe de liderança acompanham dezesseis indicadores em detalhes; que discutem os indicadores todos os meses com os coordenadores das Unidades e que o tempo médio de permanência tem caído bastante. Na contratualização das UPA's e das CER's não deveria ser maior de vinte e quatro horas porque são unidades de emergências ou se direciona ou manda para casa mas hoje, isso não acontece por causa da grande demanda na rede municipal. Esclareceu que têm agido fortemente para que o tempo de permanência caia; que está próximo de 2 e, em algumas Unidades está 1.1; que antes o tempo médio de permanência era de 7, 8 dias. Por isso, que o desculpassem, pois não havia nenhuma ironia mas já conseguiu com ações de gestão fazer mais por menos. Deu um exemplo: informou que no início as pessoas diziam que não dava para baixar o tempo médio de permanência porque o Sisreg, a Regulação não tira o paciente daqui para botar em outro lugar. Então começaram a analisar o problema e perguntou qual seria a primeira coisa a se fazer para que o Sisreg, a Regulação, pudesse tirar o paciente daqui? A resposta foi colocar o paciente no Sistema. Verificaram que no CER da Barra, apenas 30% dos pacientes estavam no Sistema. Assim sendo, fizeram uma ação forte de gestão e hoje o CER da Barra tem 100% das pessoas dentro do Sistema e esse é o primeiro passo. Segundo passo: fazer uma regulação pró ativa. Quando se faz um pedido de regulação, quanto menos você descreve a situação do paciente, mais chances você tem de regular. Segunda ação: normas processos, procedimentos para descrever muito claramente como esse paciente tem que ser regulado e que caiu vertiginosamente. Sobre a questão de onde vêm esses dados que o Dr. Ronald Munk apresentou, disse que todos vêm dos prontuários eletrônicos; que têm uma área destinada para somente analisar processos e indicadores. Que são todos auditados pelos Órgãos de auditoria da CGM e estão 100% (cem por cento) corretos. Esclareceu que, quando têm que atingir uma meta de 70% (setenta por cento) e cumpriram 68,9% (sessenta e oito vírgula nove por cento) da meta, consideram que não atingiram a meta e que, nisso, são muito rígidos. Sobre a questão do site vazio, falou que se permite discordar da conselheira porque achava que o site não era vazio; que ele poderia não conter as informações que, em especial, interessavam à conselheira, como a questão dos salários, mas que os salários da RioSaúde são públicos; que quando fazem um edital, os salários são publicados em D.O. da mesma forma como as outras decisões. Informou à conselheira que se ela olhasse no D.O., veria, em todos os editais de concurso da RioSaúde o valor dos salários publicados. No que diz respeito à pergunta feita pela conselheira sobre quanto o **Dr. Ronald Munk** ganha, informou que não iria dizer o valor porque não cabia naquele momento responder mas poderia garantir que era muito abaixo do teto da Prefeitura e achava estar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) e muitíssimo abaixo pago pelo mercado para a responsabilidade que tinha e que no Portal da Transparência isso poderia ser visto. Disse que não tem tíquete alimentação e os conselheiros ganham que os conselhos também não têm tíquete. Porém, os conselhos ganham porque todas as empresas da Prefeitura ganham porque o Prefeito normatizou isso. Sobre a pergunta que a **conselheira Elizabeth** fez acerca da preocupação dela e dos demais conselheiros do “fazer mais com menos” e da carga do profissional que faz o trabalho, o **Dr. Ronald Munk** disse que considerou a pergunta super pertinente e super importante. Acrescentou que gostaria de frisar que a metodologia que usam tem uma coisa diferente; que a forma de fazer “mais com menos”, não é feito só na Secretaria de

Saúde é também feito em outros segmentos da economia; que “fazer mais com menos” é proporcionar ao colaborador facilidades, segurança e organização do ambiente de trabalho para que ele possa executar o seu trabalho. Não é esfolando, botando mais carga, mais trabalho em cima do trabalhador. E que isso já é feito em outros hospitais no Brasil e fora dele, em outras clínicas no Brasil e fora dele. Exemplificou, narrando que em muitas unidades de saúde, os funcionários guardavam o material médico cirúrgico e medicamentos em gavetas nos armários; que o pessoal da RioSaúde lacrou todas as gavetas dos armários porque os funcionários tinham que se abaixar, tinham que procurar, não achavam, o atendimento ao paciente parava, ficavam com dor nas costas por estarem abaixando e levantando, ficavam desesperados. Então, resolveram colocar tudo na altura do funcionário e que foram coisas muito simples que aumentaram a produtividade do profissional com mais segurança para ele, mais facilidade para o trabalho. Por fim, convidou a todos para irem ver todas essas coisas. A seguir, sobre a pergunta que dizia respeito ao modelo livre de uma primária, disse que pela Lei é possível; que na realidade a Lei diz que a Secretaria Municipal de Saúde tem um prazo que achava ser de 3 anos para fazer ou delegar toda a parte de contratação e de compra de insumos do que hoje é administrado por Organizações Sociais. Obviamente, a primária estava incluída, mas que isso seria uma decisão da Secretaria. Ouviram-se aplausos e a **conselheira Maria José dos Santos Peixoto** dirigindo-se ao **Dr Ronald Munk** disse que não bateram palmas à toa, que essas palmas são para que ele regularize o teto do piso salarial das categorias. Dando continuidade o **conselheiro Jaciano Santiago** partiu para ponto da pauta “Questões relativas às condutas referentes às representações no CDS da AP 5.2”, passando a palavra ao **Secretário Executivo David Lima**. Nesse momento a **Presidenta Fátima Lopes** interrompeu e dirigindo-se ao doutor Ronald Munk disse que estava presente um colega que estava lembrando o não ajuste de salários que foi prometido e quem falou foi o Prefeito e que segundo o mesmo retornaria mais uma vez para pontuar isso. Logo após, o **Secretário Executivo David Lima** dirigindo-se à Presidenta disse que foi disponibilizado o auditório até às 18h30m (dezoito horas e trinta minutos). Por isso, gostaria de sugerir que comessem logo e se não fosse possível terminar que fosse marcada uma reunião extraordinária para dar continuidade porque tratava-se de assunto que merecia toda a atenção dos conselheiros, inclusive, estava presente um contingente bem grande do Conselho Distrital da AP 5.2. Prosseguindo, começou por narrar a dinâmica do fato, esclarecendo que primeiro foi encaminhada uma denúncia pelo **conselheiro Mauro André dos Santos Pereira**. O Conselho da AP 5.2 respondeu a essas denúncias e vários documentos foram juntados. A Comissão Executiva do Conselho Municipal teve um trabalho muito árduo em cima dos documentos. Marcou-se por 2 vezes a vinda da Executiva da AP 5.2, mas não foi possível em nenhum dos dois momentos a vinda deles para prestar algum esclarecimento a mais. De qualquer maneira, os documentos juntados foram suficientes para que a Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde chegasse a uma conclusão. Adiantou a todos que aquilo não se tratava de um julgamento de pessoas e sim, um julgamento de formalidades. Então, começou a ler as análises feitas em cima das alegações do **conselheiro Mauro André dos Santos Pereira** com o seguinte teor: **1- No ano de 2018 não foi elaborado ou aprovado um Regimento Interno da Comissão Executiva**, ou, seja, este documento seria a base para dizer quais os dias de reunião da Comissão Executiva do CDS 5.2, e também nortearia as ações deste conselho neste ano - Regimento interno do **CDS 5.2 diz no artigo 27 na letra A**, logo desconhece as 4 faltas ou mesmo os dias de reunião; Análise: Procede a reclamação, pois, o art. 27, III, ‘a’ do Regimento Interno do CDS AP 5.2, em cumprimento ao estabelecido pelo art. 22, III, ‘a’, da Lei nº 5.104/2009, determina a elaboração e aprovação, no Colegiado, do Regimento responsável pelo funcionamento da Comissão Executiva. **2. A Presidente é funcionária da Secretaria Municipal de Saúde e trabalha dentro do Conselho Distrital** e muitas vezes ela confundia sua área de trabalho; Análise: Cabe à Comissão de Ética do CDS AP 5.2 analisar e levar o resultado do trabalho ao Colegiado CDS A.P 5.2. **3. Existe um grupo de WhatsApp da Comissão Executiva que em deliberação da Executiva no dia 9/1, foi oficializado** como um canal de comunicação deste Conselho inclusive utilizado para justificar as faltas ou outros assuntos pertinentes da Executiva, como consta nas **atas do dia 23/1** justificativa de ausência da coordenadora Liliane ou no dia 19/1 onde a presidente justifica sua ausência de uma atividade do CDS, que o mesmo foi feito pela conselheira Veronice no dia 15/1 oficializando sua saída, o que inclusive consta na **ata do CDS AP 5.2 do dia 23/1**; Análise:

Foi verificado e comprovado pelos documentos apontados a utilização do WhatsApp como instrumento de comunicação do CDS AP 5.2. vide docs. 14. **4.** No dia 16/1 não pode estar, pois, estava com fortes dores de barriga e informou no grupo e outra justificativa foi enviada para o e-mail do CDS informando de minha viagem ao exterior do dia 18/1 até 5/2 e, que por isso **não completou 4 faltas**; Análise: procede o aviso feito sobre a viagem – vide doc. 4 e informações prestadas pela Presidente Neide no item 32 das respostas do CDS 5.2. **5. Não teve direito a ampla defesa e nunca recebeu qualquer notificação anterior**; Análise: O contraditório e a ampla defesa em nosso ordenamento jurídico trata-se de uma cláusula pétrea, disposta no art. 5º, Inciso LV da CRFB/88, que nos diz: *"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:(...) LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;(...)"*. Maria Sylvia Zanella Di Pietro esclarece em breves linhas sobre tais princípios, mostrando que: *"O princípio do contraditório, que é inerente ao direito de defesa, é decorrente da bilateralidade do processo: quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra, dando-se-lhe oportunidade de resposta. Ele supõe o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação. Exige: 1- notificação dos atos processuais à parte interessada; 2- possibilidade de exame das provas constantes do processo; 3- direito de assistir à inquirição de testemunhas; 4- direito de apresentar defesa escrita"*. Análise: Procede não teve direito a ampla defesa baseado nesta análise constitucional e na previsão do art. 42 do RI do CDS AP 5.2, pois as pautas das reuniões do Colegiado não explicitaram que tratariam dos assuntos pertinentes a faltas, substituições e eleições – docs. 7 e 20. **6.** Até a data do presente Relato, a **"Defensores do Planeta"**, **não foi oficialmente informada das faltas** ou mesmo do seu desligamento e das penalidades (data do documento 18/02/2018); Análise: Oficialmente e com destinação e forma corretas, foi encaminhado por e-mail, somente em 9/3/2018 – doc. 17. **7. Foi eleito na reunião do dia 30/11/2017** com mais de 10 votos para **compor a Comissão Executiva do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2, e ainda foi o mais votado para ser o substituto da presidência**, tudo isso documentado em fotos e inclusive com a presença do secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; Análise: Procede vide doc. 5. **8.** Quando uma entidade é eleita, a **vaga é da entidade**, pois este Conselho e feito por INSTITUIÇÕES - Regimento Interno do CDS 5.2 no Artigo 5º; Análise: Procede. **9. Até a presente data não temos conhecimento da ata de eleição**, pois, a presidente ou a secretaria do CDS 5.2 não tornou público tal documento; Análise: Encaminhada por e-mail somente em 2/2/18 – doc. 7. **10. Foi excluído da representação no Conselho Municipal de Saúde**, sem ser convocado para prestar esclarecimentos à plenária do CDS AP 5.2, assim como, da Comissão Executiva e da substituição da presidência, **conforme deliberado em ata do dia 30/1 (DOC. 6), sem ser ouvido**, fazendo de forma errônea uma reunião às pressas sem garantir a ampla defesa; Análise: Não foi deliberado na reunião do dia 30/1 (doc. 6) e sim na de 3/2/18 (doc. 7). As pautas das reuniões do Colegiado não explicitaram que tratariam dos assuntos pertinentes a faltas, substituições e eleições – docs. 7 e 20. **11. O conselho recebeu por e-mail, carta oficializando sua viagem com retorno previsto para dia 5/2 (DOC. 4)**; Análise: Procede, o aviso feito sobre a viagem – vide doc. 4 e informações prestadas pela Presidente Neide no item 32 das respostas do CDS 5.2. **12. Que não foi em nenhum momento convidado o secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde ou enviado um documento** oficializando ou informando os fatos ao CMS/RJ; Análise: Procede. **13. Faltou lisura no processo e houve armação** por parte da presidente que muito almeja o poder e a cadeira de presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS/RJ); Análise: Cabe à Comissão de Ética do CDS AP 5.2. **14.** Na ata do dia 30/1 diz que **foi eleito para substituí-lo e a conselheira Marília, para titular Neide e substituto Sérgio Castro**, uma vez que isso deveria ser feito pela plenária, por isso de fazer tudo às escuras sem a presença do secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde. Análise: Não foi deliberado na reunião do dia 30/1 (doc. 6) e, sim, na de 3/2/18 (doc. 7). As pautas das reuniões do Colegiado não explicitaram que tratariam dos assuntos pertinentes a faltas, substituições e eleições – docs. 7 e 20. **15.** Segundo a presidente foi convocada a **Comissão de Ética Regimental** para deliberar sobre o caso dele, mas ele é parte desta comissão e não foi convocado nem como membro e nem para ser ouvido pela

tal Comissão de ÉTICA; Análise: Procede, não há documentos comprobatórios encaminhados que provem tê-lo convocado para promover sua defesa. **16. Desconhece o paradeiro do documento de deliberação da Comissão de Ética;** Análise: As decisões dessa comissão nos chegaram somente em forma de atas das reuniões do Colegiado e da Comissão Executiva. **17. No dia 3/2 foi feita uma reunião** às pressas para ratificar as arbitrariedades da presidente Neide Neres, porém **sem a presença da maior parte dos conselheiros do plenário** (DOC. 7), inclusive sem a presença da Coordenadora de Área da CAP 5.2 ou sua substituta, que em mensagem no grupo da Executiva no dia 3/2 estranhou o fato da reunião ser antecipada ao invés de passar para o terceiro sábado como é de praxe. E que, esta reunião, não teve quórum estabelecido para deliberar tais atos; Análise: Realmente não estavam presentes a coordenadora nem sua suplente, mas, com os presentes citados na ata, foi estabelecido o quórum para realização da reunião (DOC. 7). **18. Há erros e manipulações que estão acontecendo no Conselho Distrital de Saúde 5.2,** inclusive nas atas feitas pela senhora Haidê Ramos secretária do CDS 5.2. Consta na ata do dia 9/1 que foi apresentada a Comissão Executiva e assinada onde inclusive tenho o áudio da reunião, a mando da presidente ela fez uma nova ata contento algumas palavras e fatos mentirosos, a fim de conseguir manipular as falas, porém sem saber errou e enviou a ata correta para todos os membros mostrando as manipulações das atas ou mesmo falta de ética e lisura no Conselho Distrital; Análise: Outra questão que pode caber a Comissão de Ética do CDS e justiça. Não nos foi enviado áudio para análise e comprovação. **19. Várias entidades estão sendo excluídas** ao bel prazer da presidente Neide, pelo simples fato de não concordarem com tudo o que está acontecendo naquele Conselho; Análise: Algumas entidades foram excluídas como constam da ata do dia 03/02/18 (doc. 7), mas, também, é afirmado na ata ser a conclusão de um trabalho da Comissão de Ética junto com a Executiva justificando as saídas por faltas. Nota-se que da pauta da dita reunião não consta este ponto, que devido a sua grande relevância deveria constar, haja vista os arts. 23, I, § 2º, 19, I e 42, § 2º, todos do RI do CDS AP 5.2. **20. Que a presidente Neide nunca atuou em nenhuma associação ou na coletividade da Zona Oeste,** entrou no Conselho por uma jogada somente; Análise: consta indicação da Associação de Moradores Conjunto Votorantim (doc. 8) da Neide como sua representante no CDS AP 5.2. **21. Que solicitou ao Conselho Distrital 5.2 no dia 8/2/2018** os seguintes documentos que, até a data do presente Relato, não recebeu: a) **e-mail deste Conselho Distrital da AP 5.2, me notificando das penalidades e com data anterior a plenária do dia 3/2/2018;** b) **cópia da lista de presença da plenária do dia 3/2/2018** contendo nomes e assinaturas dos conselheiros legais do pleno do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2; c) **cópia da ata da reunião da Executiva do dia 5/2/2018** com as devidas assinaturas e responsabilidade dos conselheiros, e sem alteração das falas seguindo as regras da ABNT para atas, ou como é feito pelo Conselho Municipal de Saúde; d) **cópia da lista de presença da reunião da Comissão de Ética Regimental** com os nomes e assinaturas dos membros e suas deliberações; e, e) **cópia da gravação da plenária do Conselho Distrital de Saúde 5.2 do dia 3/2/2018.** Análise: Há a solicitação feita por e-mail (doc. 9) e nas respostas do CDS 5.2, item 36, Neide afirma que Mauro, ao tomar conhecimento, no dia 6/2/18, pela Comissão Executiva das decisões tomadas ao seu respeito “exigiu” várias cópias de documentos. Isto também consta de ata (doc. 3). **Das respostas do CDS 5.2:** Dar ciência ao Conselho Municipal de Saúde sobre fatos ocorridos no Conselho Distrital de Saúde da AP-5.2, fatos estes aqui relatados, **que foram levados ao conhecimento e à submissão do Colegiado do CDS-5.2 e que ocasionaram a deliberação do Pleno sobre as necessárias substituições na Comissão Executiva eleita para o exercício de 2018, do Substituto da Presidência e do Representante do CDS-5.2 junto ao Conselho Municipal de Saúde.** Análise: O erro está na forma de como foi levado ao conhecimento do Colegiado, pois, verificando a pauta de convocação, dela não consta que tratariam destes assuntos (doc. 7), ferindo os arts. 23, I, § 2º, 19, I e 42, § 2º, todos do RI do CDS AP 5.2, constituindo afronta ao pressuposto constitucional do direito ao contraditório e a ampla defesa, art. 5º, Inciso LV da CRFB/88. **5. Foi deliberado pelo Colegiado 5.2 na Reunião Ordinária de 25/11/2017, o prazo máximo até 30/11/2017, para a apresentação de documentos das instituições interessadas em ingressarem no CDS-5.2, manifestações das entidades sobre o interesse em permanecer assentado no CDS-5.2, indicações de representantes, pendências de documentos e faltas das instituições neste Conselho.** Análise: **19. Foram avaliadas, pela Comissão Executiva, todas as questões envolvendo documentações,**

faltas cometidas e condutas dos conselheiros e os membros da Comissão Executiva reunidos e presentes nesta data do dia **02/01/2018** (doc. 12), **deliberaram pela substituição de representantes e instituições em falta com o CDS-5.2, pelos mais votados subsequentemente no processo eleitoral e, em seguida colocar estas deliberações para a apreciação e votação do Colegiado 5.2 estas deliberações.** Análise: estas afirmações fazem parte da ata (doc. 12). **20. Estas medidas foram divulgadas e anunciadas ao Colegiado do CDS-5.2 em sua primeira Reunião Ordinária do exercício 2018, realizada no dia 13/01/2018, no Auditório do Hospital Municipal Rocha Faria, para serem apreciadas pelo Colegiado na segunda reunião ordinária, em fevereiro de 2018. Foi anunciado, ainda, que, em razão do carnaval, haveria mudança na data da reunião e que, a Comissão Executiva anunciaria o dia e o local desta.** Análise: Tais informações fazem parte da ata da reunião mencionada (doc. 13), mas, tal assunto não fazia parte da pauta (doc.20). **21. Nesta primeira reunião ordinária do Colegiado 5.2, a Secretaria deste CDS-5.2 preparou pastas, que foram entregues em mão, pela Senhora Haydée Ramos, para cada um dos conselheiros presentes durante a assinatura da folha de frequência. Nessas pastas havia o seguinte conteúdo, informes sobre o que é o controle social, o Regimento Interno do CDS-5.2, cópia da publicação em Diário Oficial desta Municipalidade sobre a regulamentação dos ressarcimentos das despesas com alimentação aos conselheiros de saúde e cópias das atas das primeiras reuniões ordinárias da Comissão Executiva.** Análise: Faz parte da ata tal informação (doc. 13) e, por certo, a publicação do Diário Oficial entregue foi a do dia 22/06/17, a última publicação feita com as entidades pertencentes ao CDS AP 5.2 (doc. 21). **22. No dia 15/01/2018 a conselheira Veronice Alves Martins, Presidente da ONG Instituto Zona Oeste de Solidariedade e Pesquisa (IZOSP), solicitou via Whatsapp, no grupo dos usuários do CDS-5.2, seu desligamento da Comissão Executiva, já indicando ao público do grupo sua substituta, a Conselheira mais votada subsequentemente, a Senhora Maria da Glória Vicente Barbosa da Paróquia Nossa Senhora do Carmo e informando ainda que se reportaria ao CDS-5.2 e seu colegiado.** Análise: WhatsApp sendo utilizado e aceito como instrumento de comunicação para o Conselho. **24. Prossequindo em seus trabalhos, a Comissão Executiva deliberou por antecipar a data da reunião ordinária do CDS-5.2 do mês de fevereiro, para o dia 03/02/2018 em razão do carnaval e também da intensificação da campanha de vacinação contra a Febre Amarela, com a previsão de que a campanha se estenderia pelos próximos sábados, com a realização de dia "D" Contra a Febre Amarela.** Análise: Não foi disponibilizada ata da Comissão Executiva com essa decisão. Há, porém, um aviso em reunião do dia 13/01/18 (doc. 13) de mudança de data da reunião ordinária do mês de fevereiro devido ao carnaval. **25. Na segunda reunião ordinária do exercício 2018, CDS-5.2, realizada no dia 03/02/2018, no Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (SINPRORIO), em Campo Grande, foram colocados para conhecimento, apreciação e deliberação do Colegiado 5.2, o balanço da atuação dos membros da Comissão Executiva durante o exercício de 2016, o balanço da atuação dos membros da Comissão Executiva durante o exercício 2017 e o balanço da atuação do representante do CDS-5.2 junto ao Conselho Municipal de Saúde, o conselheiro Mauro André dos Santos Pereira, durante a primeira metade de seu mandato. Foi reforçada a necessidade da observância e do cumprimento do Regimento Interno e da lei 5.104/2009, esclarecimentos a todos os conselheiros sobre a questão das faltas das instituições e das condutas das instituições e de seus representantes conselheiros.** Foi informado as instituições que, apesar de terem sido notificadas não responderam ao CDS-5.2 até aquela data de 03/02/2018 e que, por essas questões a **Comissão Executiva estava colocando tais situações para decisão maior do Pleno.** Análise: Informações constantes na ata da reunião do dia (doc. 7). Pauta da reunião não anunciou que discutiria este tema (doc. 7), última possibilidade de discussão e garantia do estabelecimento do contraditório e da ampla defesa para os envolvidos. **28. Além disso, foi denunciado que o referido conselheiro há algum tempo vem se desviando das condutas do respeito e da cordialidade, tem se dirigido de forma arrogante e desrespeitosa para com os demais conselheiros e conselheiras, em sua forma de falar e em suas afirmativas, tanto nas reuniões da Comissão Executiva CDS-5.2, onde se expressa vociferando, ordenando que conselheiras se calem e até mesmo que saiam da sala de reuniões da Comissão Executiva (Reunião da Comissão Executiva do CDS-5.2 em 09/01/2018), injuriando**

**seus companheiros conselheiros e perturbando a ordem dos trabalhos da Comissão Executiva do CDS-5.2** Análise: Não há este relato na ata da Executiva de 9/1/18 (doc. 14) e sim na de 6/2/18 (doc. 3). **33. Diante destes fatos narrados, a Comissão Executiva do CDS-5.2 colocou estes relatos, e as deliberações da Comissão Executiva sobre as mudanças propostas à inteira submissão do Colegiado 5.2, e que estas deliberações da Comissão Executiva foram aprovadas por todos os conselheiros presentes na reunião do Colegiado 5.2, em 03/02/2018.** Análise: idem análise já feita quanto à falta do assunto na pauta divulgada para a reunião. **34. Assim sendo, foram apresentados, aprovados e deliberados pelo Colegiado do CDS-5.2 as seguintes deliberações da Comissão Executiva:** **34.1** - Substituição do Centro Cultural Carla Gomes J Cia Banto por Centro de Divulgação das Culturas Negra (CEDICUN); **34.2** - Substituição da Associação de Moradores Parque João Wesley por Associação de Moradores do Conjunto CEHAB Santa Margarida; **34.3** - Substituição da Associação de Moradores Vila Mangueiral por Instituto Apoio às Crianças Anjo Eliana (IAECEAE); **34.4** - Na Comissão Executiva: **34.4.1** - Maria da Glória Vicente Barbosa da Paróquia Nossa Senhora do Carmo **substitui Veronice Alves Martins da ONG IZOSP**; **34.4.2 Sérgio Fernandes de Castro da Associação de Moradores Parque Resplendor substitui Neise Angélica Santos Amorim de Freitas do Centro Cultural Carla Gomes - Cia Banto**; **34.4.3 - Pedro Paulo Figueiredo Pereira do Centro de Desenvolvimento das Associações de Guaratiba e Adjacências (CDCAG) substitui Mauro André dos Santos Pereira ONG Defensores do Planeta**; **34.4.4** - Sueli dos Anjos dos Santos Silva do CMS Professor Manoel de Abreu substitui Martin Marques Viegas do CMS Belisário Penna; **34.4.5 - Com a saída do conselheiro Mauro André dos Santos Pereira da Comissão Executiva o conselheiro Cláudio de Moraes Carvalho assume a vaga de substituto da presidência, por ter sido o mais votado subsequentemente para tal no pleito de 30/11/2017**; **34.4.6** - Para a representação do Conselho Distrital de Saúde da AP-5.2 junto ao Conselho Municipal de Saúde, a Comissão Executiva deliberou colocar para a apreciação e votação do Colegiado 5.2 os nomes dos conselheiros Neide Maria Neres Tinoco da Associação de Moradores do Conjunto Votorantim como Titular e conselheiro **Sérgio Fernandes de Castro da Associação de Moradores do Parque Resplendor como Suplente**, o que foi aprovado por todos os conselheiros presentes. Análise: Para todas as aprovações, aqui citadas, cabe a mesma análise já feita quanto à falta do assunto na pauta divulgada para a reunião. Quanto à discussão e troca do representante no Conselho Municipal, a mesma análise já feita quanto ao desrespeito à CRFB, Lei nº 5.104/2009 e RI do CDS AP 5.2. **35. Cabe, ainda, informar que no dia 06/02/2018, o conselheiro Mauro André dos Santos Pereira compareceu à sede do CDS-5.2 e nesta oportunidade foi notificado, pessoalmente, pela Comissão Executiva sobre as deliberações do Colegiado do Conselho Distrital de Saúde da AP-5.2.** Análise: Consta ofício nº 14/2018 de 6/2/18, com indicações de ser recibo de comunicação, dando conta de ele está recebendo “atas com as Deliberações da Comissão Executiva aprovadas em Colegiado do CDS 5.2, em 03 de fevereiro de 2018, cujas cópias já foram publicizadas encaminhadas via e-mail e entregues pessoalmente a todos os conselheiros e demais presentes na Plenária de 13.01.2018 .” Neste ofício tem uma rubrica com o nome, acima, do conselheiro Mauro, demonstrando indicação do recebimento (doc. 17). Há, também, o ofício de nº 25 (doc. 17), datado de 6/2/18, encaminhado a Defensores do Planeta, com cópia para o conselheiro Mauro, por e-mail no dia 9/03/2018 (doc. 17), solicitando a imediata substituição dos representantes da instituição, alegando faltas e condições indisciplinadas. Em um trecho deste ofício fica evidente não ter sido levado ao Plenário do Colegiado a opção da Defensores do Planeta continuar representando o CDS 5.2 na Comissão Executiva do CDS 5.2 e no CMS/RJ, com outro representante. Vejamos: “Assim sendo, elencamos a seguir os pontos que foram analisados e considerados pelos membros da Comissão Executiva e da Comissão de Ética Regimental, que resultaram na deliberação sobre o afastamento do Senhor Mauro André dos Santos Pereira da Comissão Executiva, bem como da representatividade do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e que foram colocados à submissão e deliberadas pelo Colegiado, que é o Órgão maior de deliberação neste Conselho Distrital de Saúde 5.2:”. Também, não encontramos esta possibilidade na ata do Colegiado de 3/2/18 (doc. 7). Ao final deste ofício, alerta para o caso de não ser atendida a solicitação a Defensores do Planeta será substituída por outra entidade no CDS 5.2. Ao estudarmos a Lei nº 5.104/2009, podemos verificar em seus vários artigos a afirmação clara dos nossos conselhos serem

conselhos de Entidades (pessoas jurídicas) e não pessoas físicas. Quando realizamos eleições para órgãos ou representações dos nossos conselhos, estamos elegendos as pessoas jurídicas e não as físicas. As pessoas físicas têm sua representação nos conselhos de forma momentânea, já as Entidades (pessoas jurídicas), têm sua representação de forma permanente. Exemplo: Art. 9º São condições impostas às **Entidades** que se habilitem a compor os Conselhos de Saúde: (...); Art. 12. Os **representantes das Entidades do CMS/RJ serão nomeados pelo Prefeito para um mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos por mais um período equivalente, ou substituídos a qualquer momento, se for requerido pela Entidade**; Art. 13. Os representantes das Entidades nos Conselhos Distritais serão nomeados pelo Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil para um mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos por mais um período equivalente, ou substituídos a qualquer momento, se for requerido pela Entidade; Art. 34. A não observância por parte do conselheiro do disposto no Capítulo IV, desta Lei, implicará sua **substituição por outro representante da Entidade a que pertença**; Art. 35. As ausências não justificadas do conselheiro às reuniões, por três vezes consecutivas ou seis vezes intercaladas, **serão comunicadas à Entidade**, por ele representada no Conselho, **para que providencie sua substituição**, mesmo que o suplente o tenha substituído nas faltas; Art. 36 A conduta do conselheiro tem que se pautar pelo respeito em relação ao local em que esteja desenvolvendo alguma atividade, aos outros conselheiros e a qualquer pessoa para qual se dirija, não sendo permitidos o uso de palavras de baixo calão, atitudes indecorosas ou que demonstrem sinais de violência. Parágrafo único. O conselheiro que incorrer na conduta apontada no *caput*, após apreciação da Comissão Executiva e aprovação do Colegiado do Conselho respectivo, terá sua **substituição solicitada à Entidade**, que a providenciará de imediato, sob pena de, não o fazendo, ser substituída por outra Entidade, mais votada, na Conferência de Saúde correspondente. Há mais artigos da lei citada que poderiam ser, também, expostos com exemplos do zelo destinado as Entidades dos conselhos. **36.** Diante de tal notificação o **conselheiro Mauro atacou os conselheiros da Comissão Executiva reunidos, com acusações** e dizendo que "não há lisura e nem transparência neste Conselho", que "devem estar acontecendo coisas escusas neste Conselho", que "deve estar rolando dinheiro na Executiva", provocando a animosidade dos conselheiros, reações de desentendimentos com os conselheiros presentes que sentiram agredidos moralmente, além de perturbação da ordem dos trabalhos da Comissão Executiva. Se desviando, mais uma vez, da cordialidade e do respeito. **Ofendendo a Presidente Neide Maria Neres Tinoco**, que, quando tentava lhe dar esclarecimentos de que as decisões do Conselho são deliberações, **que as deliberações da Comissão Executiva são submetidas ao Colegiado e que o Colegiado 5.2 é a voz máxima do CDS-5.2, o Senhor Mauro mandou que a Presidente Neide se calasse, dizendo "você não é a dona do Conselho", entre outras expressões.** Exigindo, imediatamente, explicações de cada um dos membros da Comissão Executiva presentes. E **exigindo, imediatamente, inúmeras cópias de documentos.** Disse, ainda, que a reunião ordinária deveria ser adiada e não antecipada e que a Comissão Executiva havia dado uma "pernada" nele Mauro. Que a reunião foi antecipada para que o Conselho Distrital de Saúde 5.2 "fizesse tudo às escuras enquanto ele estava viajando", entre outras afirmativas inconsistentes. Análise: Com esta afirmação se comprova que os documentos foram solicitados pelo conselheiro Mauro. Mas, também, se comprovam que o conselheiro Mauro dirigiu acusações graves a Presidente do Conselho e à Comissão Executiva (doc. 3), além da animosidade instaurada e a difícil convivência entre os conselheiros envolvidos. Aqui termina a leitura feita pelo **Secretário Executivo** das análises e começa a leitura da conclusão da Comissão Executiva do Conselho Municipal com o seguinte teor: Conclusão. Preliminarmente é importante ressaltar a importância dos Conselhos Distritais como braços que são deste Conselho Municipal nas suas respectivas áreas. São os Conselhos Distritais que falam pelo Conselho Municipal diretamente a sua população adstrita e levam para o Conselho Municipal as aspirações e desejos desta. Para que não haja dúvidas quanto a esta organização do controle social na nossa cidade, extraímos da Lei nº 5.104/2009 alguns artigos que comprovam esta ligação e interdependência entre os Conselhos, que nos permite adotar a medidas necessárias à correção da situação que hora discutiremos: Art. 2º Fica instituído em cada Área de Planejamento de Saúde, um Conselho Distrital, órgão colegiado, consultivo e deliberativo, com a finalidade de auxiliar a Administração Pública e o CMS/RJ, na análise, planejamento, formulação e supervisão das políticas de saúde, na

fiscalização de ações governamentais e nas decisões de matéria de sua competência. Art. 3º Compete ao CMS/RJ participar da análise, da elaboração e da atualização das políticas do SUS, fiscalizando sua aplicação e atuando: (...); IX – no estabelecimento de critérios para a determinação da periodicidade de quatro em quatro anos das Conferências de Saúde, propondo sua convocação junto à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil-SMSDC, estruturando a comissão organizadora, submetendo o respectivo Regimento e os critérios de funcionamento das Conferências Distritais de Saúde ao Colegiado do CMS/RJ, explicitando deveres e funções dos conselheiros; (...). Art. 4º Compete também ao CMS/RJ: (...); II - propor e aprovar seu Regimento Interno e os dos Conselhos Distritais; III - estabelecer normas para a implantação e o funcionamento dos Conselhos Distritais e supervisionar suas atividades; IV - criar mecanismos de cooperação e de intercâmbio entre os diversos Conselhos Distritais de Saúde. Art. 5º Compete aos Conselhos Distritais de Saúde em suas respectivas circunscrições: (...); VIII - colaborar com o CMS/RJ na fiscalização dos contratos e convênios firmados pelo SUS, emitindo pareceres a respeito e encaminhando-os à consideração do CMS/RJ; IX - colaborar com o CMS/RJ na fiscalização da aplicação dos recursos financeiros do SUS, no âmbito das Áreas de Planejamento de Saúde; X - colaborar com o CMS/RJ no acompanhamento dos planos de cargos, carreiras e salários dos servidores do SUS; XII - viabilizar decisões do CMS/RJ; XIV - elaborar e aprovar as normas regimentais de funcionamento das Conferências Distritais, em consonância com critérios definidos pelo CMS/RJ; XV - elaborar e aprovar seu Regimento Interno em consonância com as normas emanadas do CMS/RJ. Art. 6º O CMS/RJ será composto por: IV – dez membros do segmento dos representantes dos usuários do SUS, indicados por cada um dos dez Conselhos Distritais de Saúde. (...). § 4º A escolha dos membros dispostos no inciso IV, deste artigo, se dará em reuniões plenárias dos Conselhos Distritais, especialmente convocadas para este fim, no prazo máximo de trinta dias posteriores à nomeação dos membros do Conselho respectivo. Art. 18. O Colegiado do CMS/RJ aprovará no prazo máximo de noventa dias, contados da data da publicação desta Lei, os Regimentos Internos próprio e dos demais Conselhos. Art. 24 Serão criadas Comissões encarregadas de organizar as Conferências Municipal e Distritais de Saúde, compostas pelos conselheiros em cada Conselho, respeitada a composição paritária prevista pela [Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990](#). (...). § 2º A Comissão Organizadora da Conferência Municipal apresentará, para a deliberação do Colegiado do Conselho Municipal, a regulamentação que incidirá sobre o funcionamento da Conferência Municipal e os critérios que deverão ser respeitados pelas Comissões Organizadoras das Conferências Distritais. Art. 27. São atribuições do Secretário Executivo: (...); II – assessorar em assuntos técnicos e administrativos os Conselhos de Saúde e os órgãos a eles vinculados; V - supervisionar o funcionamento dos Conselhos Distritais; (...). Após exposição das análises minuciosas dos documentos trazidos ao presente relatório, resolve esta Comissão Executiva encaminhar, para apreciação e deliberação, do Colegiado deste CMS/RJ a seguinte conclusão: **1** - Determinar ao CDS AP 5.2 que elabore o Regimento Interno da sua Comissão Executiva. **2** – Que a Comissão de Ética Regimental do CDS AP 5.2 aceite como comunicação efetiva do CDS 5.2, entre as outras já aceitas, as realizadas por meio de *WhatsApp*, considerando que nos documentos analisados foi verificado que em algumas ocasiões foi aceito. **3** - Que a Comissão de Ética Regimental do CDS AP 5.2 considere como justificativa as faltas do conselheiro Mauro André dos Santos Pereira as ausências provocadas por viagem ao exterior do dia 18/1 a 5/2 e todas as anteriores devidamente comunicadas. **4** – Que a Comissão de Ética Regimental e Comissão Executiva do CDS AP 5.2 considerem que houve lesão ao princípio constitucional do direito ao contraditório e ampla defesa a todas as instituições que não tiveram como recurso as suas defesas na plenária do Colegiado, do dia 03/02/2018, momento em que foi decidido os seus afastamentos, tendo em vista, a falta de menção na pauta da reunião decisiva de que os assuntos pertinentes a faltas, substituições e eleições seriam deliberados. **5** - Que a Comissão de Ética Regimental e Comissão Executiva do CDS AP 5.2 considerem que a ONG Defensores do Planeta somente foi oficialmente informada das faltas ou, mesmo, do seu desligamento e das penalidades, com destinação e formas corretas, a partir do e-mail de 09/03/2018. **6** - Que a Comissão de Ética Regimental e Comissão Executiva do CDS AP 5.2 considerem que quando uma entidade é eleita, a vaga é da entidade, pois este conselho é feito por instituições que representam o povo e, logo, devem ser, ao máximo, preservadas conforme ditam os preceitos legais estabelecidos pela Lei nº 5.104/2009 e o Regimento

Interno do CDS AP 5.2 que devem ser extremamente respeitados. **7** – Tornar nula as decisões do Colegiado da reunião de 03/02/2018, referentes a afastamentos, substituições e troca de representação do CDS AP 5.2 no Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, tendo em vista que foram tomadas sem que os representantes das Entidades envolvidas tivessem conhecimento prévio pela pauta de convocação da reunião. **8** – Que a Comissão de Ética Regimental do CDS AP 5.2 convoque o conselheiro Mauro André dos Santos Pereira para produzir sua defesa, em relação às acusações que lhes são imputadas. **9** – Todos os trabalhos da Comissão de Ética Regimental do CDS AP 5.2, pautado em provas documentais quanto às faltas e comportamentos inadequados podem ser considerados como prova a serem apresentados em futura reunião do Colegiado do CDS AP 5.2, devidamente convocado para deliberar sobre o assunto, para que estas, querendo, exerçam o seu direito a estabelecer o contraditório e a ampla defesa. **10** – Por ser de direito, garantido pela Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, também conhecida por “Lei de Transparência”, que os seguintes documentos solicitados pelo conselheiro Mauro André dos Santos Pereira sejam imediatamente, a contra-recibo, disponibilizados a ele pelo CDS AP 5.2: **1** - e-mail do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2, o notificando das penalidades e com data anterior a plenária do dia 3/2/2018; **2** - cópia da lista de presença da plenária do dia 3/2/2018 contendo nomes e assinaturas dos conselheiros legais do “pleno” do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2; **3** - cópia da ata da reunião da Comissão Executiva do dia 5/2/2018 com as devidas assinaturas e responsabilidade dos conselheiros, e sem alteração da falas; **4** - cópia da lista de presença da reunião da Comissão de Ética Regimental com os nomes e assinaturas dos membros e suas deliberações; e, **5** - cópia da gravação da plenária do conselho distrital de saúde 5.2 do dia 3/2/2018. Caso não possuam alguns dos itens, acima, solicitados, estes ou este, deve ou devem, ser declarados como não existentes e justificado o motivo da não existência. **11** – Após, devidamente, resolvidas as situações das Entidades pertencentes e postulantes ao CDS AP 5.2, nova publicação com a composição do CDS em Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro deve ser solicitada à Secretaria Executiva do CMS/RJ pelo CDS AP 5.2. **12** – Até que se prove o contrário, as vagas, uma na Comissão Executiva, na substituição da presidência e na representação no CMS/RJ, pertencem a ONG Defensores do Planeta. Contudo, considerando a análise dos documentos anexados a este Relatório, é fato a configuração da existência de convivência inapropriada entre alguns membros do CDS AP 5.2 e o conselheiro Mauro André dos Santos Pereira, a enorme distância estabelecida entre a representação no CMS/RJ e seus representados, como, também, que as atividades laborativas profissionais do conselheiro lhe impõem muitos afastamentos do Conselho. Por consequente e pela preservação da ONG Defensores do Planeta, sugere-se a, esta, que substitua seu representante no CDS AP 5.2 e que isso seja tranquilamente aceito como uma boa saída, para o caso, pelos membros do CDS. **13** – Que o CDS AP 5.2, doravante, quando quiser comunicar algo decidido por um de seus órgãos, direcionado a qualquer de suas entidades, o faça por ofício extraíndo da ata deliberativa o objeto da decisão de forma clara e elucidativa. **14** – A representação no CMS/RJ, por ter um mandato de 4 anos e pela relevância que atrai, tendo motivos suficientes e devidamente comprovados, pode ser rediscutida a qualquer momento. Porém, o critério de pedir que a Entidade substitua seu representante deve ser utilizado em primeiro lugar. Observado este critério e concluído ser ineficaz, poderá se discutir a substituição da entidade, desde que a convocação da reunião plenária do Colegiado traga em sua pauta, previamente divulgada, um ou mais itens que especifiquem claramente a discussão. Caso se opte pela substituição da Entidade nesta representação, nova eleição para tal deverá ser convocada pela Comissão Eleitoral com utilização de Regimento Eleitoral apropriado, também, aprovado pelo Colegiado. **15** - Que a Secretaria Executiva, deste CMS/RJ, providencie a publicação no Diário Oficial do Município, da Comissão Executiva do CDS AP 5.2, eleita em 30/11/2017 para o mandato do ano de 2018 e, somente, faça nova publicação após serem dadas por concluídas todas as determinações, acima, dirigidas ao CDS AP 5.2; **16** - As decisões referentes à substituição de entidades no CDS AP 5.2, tomadas, neste Colegiado, deverão ser, além, de comunicadas por ofício ao CDS AP 5.2, serem lidas na próxima reunião daquele colegiado, prevista para 12/05/2018, pelo Secretário Executivo deste CMS/RJ, com a presença de membros representantes desta Comissão Executiva. Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018. Comissão Executiva. Conselho Municipal de Saúde/RJ. Após a leitura o **Secretário Executivo David Lima** pediu, por favor, ao Conselho Distrital da AP 5.2 consideração e calma dizendo que todos os

presentes tem respeito pelos membros daquele Conselho (da AP 5.2) e que a principal intenção da Comissão Executiva do CMS/RJ foi antes de mais nada proteger cada membro do Conselho Municipal, bem como cada membro da AP 5.2 de responder em juízo por qualquer falha cometida. Que essa era a conclusão que seria submetida ao Colegiado do CMS/RJ e caberia explicar que a Executiva do Conselho da 5.2 teve a oportunidade, por duas vezes, de estar presente na Comissão Executiva CMS/RJ. O **Secretário Executivo David Lima** perguntou se tinham trazido a comprovação da audiência do Ministério Público. Disse que a Comissão Executiva do CMS/RJ pediu essa comprovação porque havia sido informada que no segundo dia em que os membros daquela Executiva disseram que estariam em audiência no Ministério Público, eles estavam no Conselho. Que a solicitação dessa comprovação foi feita por ofício enviado ao Conselho da 5.2. A seguir, pediu a presidente para colocar em votação a conclusão da Executiva. Nesse momento, ocorreu um "burburinho" no auditório e membros do Colegiado da AP 5.2 pediam respeito e momento de fala. A **Presidenta Fátima Lopes** colocou em votação a aprovação da conclusão da Comissão Executiva que foi aceita e acatada pelo Colegiado por maioria simples. A seguir, o **Secretário Executivo David Lima**, em respeito aos membros da AP 5.2 lembrou que a Comissão Executiva do CMS/RJ deverá estar presente na próxima reunião da AP 5.2 a fim de fazer a leitura para aquele Colegiado da conclusão da análise feita e que lá os membros poderiam falar. Disse, também, que não esperava que tivesse tanta gente do Colegiado da AP 5.2 presente, naquele dia, na reunião em curso e que queria deixar registrado em ata o dia da tal reunião na AP 5.2. Membro do Colegiado que não se identificou informou que será no dia 19/05/2018. A Mesa informou que devido ao avançar da hora os pontos de pauta 2, 5, 6, 7, 8 e 9 serão objetos na pauta do mês de julho. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezoito horas e trinta minutos e nós **Marcelo Dionízio Gomes e Maria da Conceição Ramos de Carvalho** damos por lavrada a ata e assinamos em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Maria de Fátima Gustavo Lopes

Marcelo Dionízio Gomes

Maria da Conceição Ramos de Carvalho